

Brasil Mulher

Ano 2

Agosto — 1977

Nº 8

Cr\$ 8,00



Mulheres Lideram Associação de Favelados no Rio (pág. 7)

Cacilda: a professora-bóia-fria (pág. 5)

Pílulas: o Risco que correm 80 mil mulheres (pág. 6)

Nessas casas: forno, fogão e fábrica (pág. 8)

Nota: Em assembléia geral do dia 21.08.77 da Sociedade Brasil Mulher, desligou-se da mesma um grupo de pessoas que participou da elaboração deste n.º 8 e que por esse motivo pediram que seus nomes não constassem do expediente.

EXPEDIENTE

Diretora responsável: Ana Maria de Carvalho Leite-LIDEAO - equipe de redação.

Equipe da Redação: Amelinda de Almeida Torres, Ana Cecília Branco, Angélica Barros, Beatriz de V. Barreto, Cecilia M. M. Pimenta, Diva M.B. Romão, Elza Muehbach, Luiza Miriam Martins, Nadeia Barros, Maria da Penha B. Vassal Maria, Theresia M. Figueiras, Marisa Solral, Miriam Leal, Mônica V.M. Figueiras, Nona Tânia e Sônia Nogueira de Oliveira, Rosi Gulliani, Rosalinda S.G. Leite, Valquíria Queiroz.

Colaboradores: Assisim Juliana de A. Soares e Dorcy Soavane.

Correspondente: Vânia Raial (México) Dept. Jurídico: Marcelo Ramos de Souza, Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh.

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher. Sede em Curitiba - Av. Ingaherra, 655 - C Postal 1379 - Filial São Paulo: Rua Oscar Freire, 1607, ap.2 Caixa Postal 13.897. Tiragem 5.000 exemplares.

A reprodução de matérias da Brasil Mulher é permitida. Solicitamos apenas que citem a fonte.

Serviços de impressão: Diários Associação dos São Paulo.

Agosto de 1977.

Venda da Brasil Mulher:

Rua de América: Livraria Esmeraldas - Centro da Mulher Brasileira - Av. Francisco Rangel, 39 sala 713 - Centro, Livraria Jullietim, More Livraria e Editora Ltda - Rua Venâncio de Paula, 32 sala 102 - Ipanema.

São Paulo: Livraria Baderon - Rua Dan. José Gaspar, 106 - Jd. 19 - Jd. 19 - 056 - Av. Anacleto, Rua Aurora, 701.

Recife: Livraria Jooi Quizon - Av. Conde de Boa Vista, 250 loja 4, Livro 1.

Curitiba: Livraria Quizon Ltda.

Belo Horizonte: Pro Centro da Mulher Meneses.



Brasil Mulher

O governo está implantando o programa de prevenção à gravidez de alto risco, que na verdade é o controle da natalidade. Se o objetivo desse programa fosse evitar a morte de mães e filhos durante a gravidez ou logo após o parto, o caminho a ser seguido seria o aumento da assistência médica gratuita à população. Porque, o que põe em risco a vida da mulher não é a gravidez e sim as péssimas condições de vida, falta de assistência médica e a miséria.

De acordo com razões médicas, uma gravidez é considerada de alto risco quando estão presentes alguns dos seguintes problemas: mulheres com mais de 30 anos, com mais de 3 gestações, diabetes, doenças do coração, subnutrição, etc. Ora, se essas razões forem realmente levadas em conta, praticamente 70% das mulheres brasileiras capazes de procriar estarão aqui incluídas. Muitas vezes o médico aconselha à mulher evitar futuras gestações nesses casos.

Porém a novidade do programa é a pílula. Entre os métodos anticoncepcionais existentes, ela foi adotada, apesar das conhecidas contra-indicações pelos efeitos colaterais que acarreta (distúrbios hormonais, suspeita de câncer, ausência de menstruação, caroços no seio, etc). Traz menores problemas de aceitação do que, por exemplo, o DIU, método mais eficiente e mais barato, mas considerado abortivo e condenado pela Igreja.

Apesar de as autoridades afirmarem que a decisão de evitar ou não a gravi-

dez cabe apenas ao casal, o governo está investindo 25 milhões de cruzeiros em treinamento de pessoal para convencer e ensinar às mulheres o uso da pílula e mais outros 25 milhões para a compra dessas pílulas.

Para que a população aceite o controle da natalidade, este está sendo mostrado como um programa integrado de assistência materno-infantil e distribuição gratuita de alimentos (Pronam).

No Brasil a maioria é pobre (mais de 80% recebe menos que 5 salários mínimos). Mesmo que essa parcela da população cresça pouco, vai aumentar proporcionalmente muito mais que os outros 20%. O Governo precisa lançar mão de um programa deste tipo, para manter um controle aceitável de crescimento dessa maior parcela da população, que trabalha para o benefício de poucos. Com isso, visa encobrir os verdadeiros problemas que não conseguem interessar resolver, como má distribuição de renda, política salarial injusta, transporte, saúde, educação, etc.

Por estas razões somos contra a política de controle de natalidade implantada de cima para baixo sob o nome de prevenção à gravidez de alto risco. Não é desta forma que serão resolvidos os principais problemas da mulher trabalhadora no Brasil.

Finalmente, queremos deixar clara nossa posição inteiramente favorável ao direito real de decisão que apenas cada mulher pode e deve exercer, de quando e quantos filhos quer ter.

A Sociedade Brasil Mulher promoveu ciclo de debates

A Sociedade Brasil Mulher, ampliando suas atividades, promoveu o «CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE» no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, durante o mês de junho último, com a finalidade de aprofundar o conhecimento da situação feminina, no Brasil atual.

Os temas escolhidos foram A Dupla Jornada de Trabalho, com as debatedoras Eva Blay e Monica Siqueira Leite de Barros, com exibição de filme; A Mulher e a Educação no Brasil hoje - Marcia Nilde Mascellani e Carmem Barroso; Mulher e Família - Lia Fukui e Maria Odila da Silva Dias; Formação Cultural da Mulher - Fulvia Rosemberg e Maria Malta Campos; A Mulher e seus Direitos - Marly Cardone, Tereza Ancona Lopes e Fernanda Dias Meneses.

2 BRASIL MULHER

Sociedade Brasil Mulher

O jornal BRASIL MULHER já está incorporado à imprensa democrática levando uma posição clara na defesa da liberdade de expressão e informação. É dentro desse contexto que procuramos levar à frente a luta pela emancipação da mulher, conscientes de que essa emancipação é tarefa que cabe a homens e mulheres. Essa luta faz parte da luta geral por melhores condições de vida e trabalho, contra os preconceitos sociais que envolvem as mulheres, pela defesa dos direitos humanos, por uma justiça ampla e irrestrita, por liberdade democráticas.

O jornal é lido por um grupo que vai aumentando mensalmente com uma quantia fixa, mas como

toda imprensa independente que vive basicamente da venda de seus jornais e de assinaturas, o BRASIL MULHER tem sofrido flutuações econômicas que se refletem na sua periodicidade. Como podemos então levar avante o nosso trabalho? Com a sua colaboração e solidariedade. Torne-se sócio honorário cuja contribuição mensal mínima é de Cr\$ 100,00 o que nos possibilitará a saída do jornal dentro do prazo previsto, isto é, a cada mês. A sua participação é muito importante para a continuidade de nosso trabalho. Para maiores informações escrever para a Sociedade Brasil Mulher, Rua Oscar Freire, 1607 apt. 2 - Pinheiros, CEP: - 05409.

Assine Brasil Mulher

Basta enviar um cheque nominal ou vale postal endereçado à Sociedade Brasil Mulher - Rua Oscar Freire, 1607 ap. 2 - Pinheiros - CEP.05409, com seu nome, endereço, profissão.

Assinatura SEMESTRAL - Cr\$ 50,00
ANUAL - Cr\$ 100,00
APOIO - Cr\$ 200,00

EXTERIOR
Semestral US\$ 8,00
Anual US\$ 15,00

os Direitos Humanos



Todas as violações dos Direitos Humanos «ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem do que os que padecem injustamente». (Concílio Vaticano II, Constituição Pastoral Gaudium et Spes - 1966)

A Cassação do Deputado Alencar Furtado

No dia 27 de junho, 4 parlamentares emedebistas, senador Franco Montoro, deputado Alceu Collares, deputado Ulisses Guimarães (presidente do MDB) e o deputado Alencar Furtado, líder da oposição na Câmara Federal, falaram em uma cadeia de rádio e televisão em horário de maior audiência.

Pela «Lei Falcão», que regula a propaganda partidária e eleitoral no país, cada um dos partidos políticos tem direito a 2 transmissões de uma hora cada, por ano: (1) uma a nível nacional e outra a nível estadual, sob a forma de conferências, palestras e debates que propaguem seu programa oficial. Apesar de todas estas garantias legais e do seu discurso ser amplamente conhecido em Brasília — o programa foi gravado 8 dias antes — dentre os 4 oradores, um deles, o líder oposicionista deputado Alencar Furtado, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos pelo Gal. Geisel, através do Ato Institucional nº 5, três dias após a transmissão do discurso pela TV.

A nota oficial que comunicou a cassação expedida pelo Ministério da Justiça não aponta os motivos que levaram o governo a utilizar mais uma vez o AI-5 para afastar parlamentares que não estão de total acordo com o regime. Quais seriam esses motivos? Era a pergunta que todos se faziam no dia seguinte à cassação.

O noticiário dado pela grande imprensa e os pronunciamentos parlamentares, tanto da situação como da oposição, revelaram sobretudo surpresa; inclusive o deputado Alencar Furtado parece ter sido realmente apanhado de surpresa em plena campanha para o Senado no interior do Paraná.

Indicam os comentaristas políticos que a punição imposta ao deputado foi uma consequência direta do fato de ele ter feito alusão em seu pronunciamento público, a fatos relacionados com a violação dos Direitos Humanos no Brasil — divulgando mais uma vez o caso de presos políticos «desaparecidos».

presumivelmente mortos e ter homenageado políticos cassados.

A situação foi agravada pelo fato de o programa ter apresentado espetacular audiência e receptividade popular — segundo cálculos do IBOPE, nada menos de 21 milhões de pessoas assistiram à transmissão pela televisão, fato que não agradou à cúpula militar mais influente.

Acreditando, como demonstra no seu discurso, na possibilidade de uma constituinte e, conseqüentemente, num processo de distensão e redemocratização do país, nada mais natural que a profunda frustração que demonstrou o deputado Alencar Furtado ao saber da notícia da sua cassação. Nesse sentido é interessante transcrever a resposta que deu a um reporter que lhe perguntou: «Até há pouco o senhor estava otimista e falava em redemocratização: e agora?». Alencar: «Agora, meu filho, agora eu sei que estava enganado». (Veja 6 6 77).

Cabe concluir que o deputado Alencar Furtado acreditou que poderia falar publicamente de assuntos considerados fundamentais para o sistema, tais como os ligados à segurança nacional, fugindo dos limites reais da redemocratização permitida pelo governo. Além disso, a cassação se deve também ao fato dele fazer parte da liderança oposicionista e cujas posições de não concordância poderiam prejudicar o «diálogo desejado» entre governo e oposição.

No mesmo dia da cassação, a televisão francesa exibiu um programa sobre o Brasil, programa este que

artigo XXI: «... a vontade do povo é a base da autoridade do poder público; esta vontade deverá ser expressa mediante eleições autênticas que deverão realizar-se periodicamente com sufrágio universal e igual, e por voto secreto ou outro procedimento equivalente que garante a liberdade de voto».

antecedeu uma partida de futebol e que continha uma entrevista com o presidente Geisel, na qual falava aos franceses sobre a nossa situação econômica, social e política. Nesta sua entrevista o Gal. Geisel diz: «Quem vive no Brasil sabe que o Brasil é um país livre, onde todos podem viver livremente e exercer seus direitos» (Folha de São Paulo 01 7 77).

Os franceses só tomaram conhecimento da cassação do deputado Alencar Furtado na tarde do dia seguinte.

AS DECLARAÇÕES

Os principais temas abordados pelos líderes do MDB, pela televisão, estão contidos na Declaração de Direitos Humanos. Para confronto, abaixo publicamos um quadro contendo trechos dos discursos, transcritos da revista Veja (6/7 77) e da Declaração dos Direitos Humanos, aprovada em 10 12 48, pela Assembleia Geral das Nações Unidas — ONU, a qual o Brasil assinou comprometendo-se a cumpri-la.

SOBRE OS DIREITOS HUMANOS: «Sempre defendemos os direitos humanos. Hoje menos que ontem, ainda se denuncia prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimentos de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos Direitos da pessoa Humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos — quem sabe? — mortos talvez. Órfãos do talvez e

artigo III: «Todo homem tem direito à vida, a liberdade, e à segurança pessoal».

artigo XIX: «Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opinião e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras».

do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez». (Alencar Furtado).

SOBRE AS ELEIÇÕES: «Fechar as urnas é tapar a boca da nação. Se o Povo politicamente não pode falar, como poderá anunciar os nomes de seus mandatários? Como poderá clamar pela falta de pão, teto, saúde educação?» (Ulisses Guimarães).

SOBRE A CENSURA: «É crime contra as instituições, a inteligência e a cultura de um país pois violenta o direito do homem à informação» (Ulisses Guimarães).

SOBRE O MODELO ECONÔMICO: «Eis a inflação que não para, destruindo salários (...) enquanto isso ocorre, o governo injeta bilhões nas financeiras falidas». (Alencar Furtado).

(1) Nota da Redação: Esta edição já se encontrava fechada, quando o presidente Geisel assinou no dia 26, o Ato Complementar nº 104 suspendendo, «em caráter provisório», o dispositivo da Lei Orgânica dos Partidos Políticos que assegurava a transmissão gratuita pelo rádio e TV de programas partidários.

artigo XXIII: «Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Todo homem que trabalha tem direito a remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e que se lhes acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção dos seus interesses».



Participação e União: É a luta que continua.

«É fundamental que os professores se unam e participem em torno das reivindicações mínimas por melhores condições de vida e de trabalho, e por democracia no sindicato, para que nossas reivindicações sejam atendidas», segundo os representantes da Comissão Aberta da APEOESP (Associação dos Professores do Estado de São Paulo).

Desde a assembleia, realizada em 07.05/77, os professores em São Paulo estão lutando por **reivindicações mínimas e imediatas da classe:** 1 - **Reajuste de 63%** — até o momento só foi dado um reajuste de até 27%, o que reivindica é a complementação até 63%. «Não estamos pedindo um aumento de salário, frisa uma das participantes queremos apenas um reajuste de salário baseando-nos nos dados do DIEESE (Dept. Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico) em 76, e em dados oficiais do aumento de custo de vida nos dois primeiros meses de 77». 2 - **Contratação do precário pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).** 3 - **Pagamento da hora atividade na base de 20%** e o cumprimento desta hora onde melhor convir ao professor para seu aperfeiçoamento, estudo, etc. Atualmente pagam 10% e o professor é obrigado a cumprir essa hora dentro da escola. 4 - **Pagamento de nível universitário em 40%** — «reivindicações conquistada em 62 e que depois nos foi tirada». 5 - **Devolução dos Descontos do IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo).** 6 - **4 dias letivos (imediatos) para estudar o Estatuto.**

Estas foram as reivindicações mínimas que os professores de São Paulo levaram primeiro ao Secretário de Educação e depois ao Governador do Estado que não os recebeu pessoalmente mas enviou um representante que lhes pediu que colocassem

suas reivindicações em ordem prioritária. «Acontece, diz uma das professoras, que essas nossas reivindicações são mínimas e todas prioritárias, não temos condições de escolher uma delas, terão que ser atendidas em bloco».

O movimento dos professores vem crescendo, apesar da incompreensão por parte dos representantes oficiais e, das dificuldades que a atual diretoria da APEOESP vem impondo aos trabalhos da Comissão Aberta, como fechar a sede sem aviso prévio nos dias de reunião da Comissão, além de se recusar a publicar o histórico do Movimento dos professores, indo contra resolução da assembleia, inclusive se negando a formalizar a recusa da publicação desse histórico.

O movimento dos professores não acontece apenas em São Paulo, mas já se alastra no Paraná, Rio de Janeiro e outras cidades do país. No dia 16 de julho foi fundada a APERJ (Associação dos Professores do Rio de Janeiro), movimento que começou em fins de 76 com o objetivo de organizar o professorado na defesa dos seus interesses profissionais, sejam universitários, de primeiro ou segundo grau, de ensino público ou privado. «A APERJ, diz um dos seus representantes, pretende aglutinar ao maior número possível de professores e estimular a formação de núcleos nos seus locais de trabalho. Neste sentido pretendemos fortalecer Associações existentes como é o caso da recém-formada Associação dos Professores da PUC RJ.»

Na sua fase de formação a APERJ organizou mesas redondas sobre a questão do ensino no Brasil e debates sobre formas de organização do professorado, contando com a presença de 200 professores, inicialmente, que participaram ativamente das discussões.

Mil mulheres enlouquecidas no trabalho



Galpão imenso, escuro e mal ventilado. O ruído e a fumaça das máquinas sufocam o ambiente. As vozes humanas audíveis são das fiscais reclamando erros. Durante 8h por dia, quase absolutamente mudas, mãos e antebraços melados em óleo de mamona para neutralizar o leite cáustico milhares de mulheres empurram com a mão esquerda, com a direita movimentam a alavanca de quebrar e com a perna direita pedalam a esteira onde as castanhas quebradas se acumulam. As fiscais instigam a mecanização do corpo, impedem conversas e distrações, estabelecem horários para as necessidades fisiológicas, marcam a produção conseguida. Não há parada para merenda. O almoço é feito nos botequins das vizinhanças da fábrica. Neles se esvai cerca de terço e meio do salário por ganhar. A opção é não almoçar.

O único relacionamento mais forte se faz entre a quebradeira e a

tiradeira — relação de dependência e paranóia. Ganham pela produção do trabalho conjugado das duas. Não há esperança de ascensão profissional dentro da firma. Da mão-de-obra não especializada só se espera que quebre bem a castanha. Nesse caso, a trabalhadora passa a ser imprescindível no setor.

Uma quebradeira automática substitui mil mulheres. Rende em qualidade 10 por cento a menos, mas a compensação se faz. A máquina não tem problemas trabalhistas e sociais — FGTS, INPS, contrato, salário, vales semanais, licença por saúde, licença por gravidez e «pitz» históricos que, como fagulhas em palha, se alastram setor adentro. Mil mulheres enlouquecidas é pior que estouro de boiada para reunir. Novamente o trabalho é retomado quando há indício de incêndio nas máquinas, o galpão é imediatamente fechado. Elas ficam dentro, no escuro, sentindo o calor das labaredas, em pânico, mordendo, batendo e pisando o que aparecer pela frente.

A firma paga extraordinário à burocracia para que o pagamento dos vales semanais seja feito após o fim do expediente dos sábados. A cada mulher do lado de dentro, corresponde duas do lado de fora, desempregadas, nas filas. O animal-homem se condena até à loucura para não morrer de fome. Para sobreviver. A admissão não é feita em quadro fixo mas por contratação por tempo determinado. — Se nas safras as vagas crescem, na entressafra se reduzem. Começam os cortes em massa. Sempre rondando, o fantasma da insegurança e do desemprego. «FSP - 07.07.77»

O divórcio e a emancipação da mulher

Embora com um atraso de pelo menos 30 anos, o divórcio finalmente foi aprovado em nosso País — um dos poucos que ainda não o havia adotado. Dentro em pouco, os casais desquitados há três anos e os separados há cinco poderão divorciar-se.

Esta tardia conquista entretanto, chegou num momento impróprio. Desviou a atenção popular do grave impasse político que a Nação atravessava com o fechamento do Congresso, a entrega do Pacote das Reformas e as cassações. Estes eram, no momento da aprovação da emenda do divórcio, os problemas a que a população assistia, atônita, e que vinham somar-se às péssimas condições de vida e de trabalho da maioria dos trabalhadores.

De qualquer modo o divórcio está aí. E não poderíamos deixar de ressaltar alguns aspectos importantes sobre o seu real significado.

O divórcio é o reconhecimento de que o casamento não é eterno, de que as pessoas têm o direito de decidirem seus próprios destinos, de acordo com suas convicções pessoais e religiosas. A lei fixa apenas as condições de formalização de uma

separação de fato, já existente e decidida pelo casal. É também uma vitória parcial na medida em que, no Brasil, essa medida irá favorecer prioritariamente apenas algumas parcelas da população, que tem dinheiro para arcar com as pesadas despesas do processo. Além de tudo, a maioria dos trabalhadores, envolvidos com os problemas concretos de sobrevivência, não consideram prioritária esta questão.

Para que o divórcio venha a significar uma medida justa, que possa ser usufruída por todos, far-se-ão necessárias não só mudanças qualitativas no quadro político, econômico e social, mas principalmente, mudanças no plano das idéias, das tradições e preconceitos. Numa sociedade de competição, de consumo e de necessidade de afirmação do homem, o divórcio não pode ser acusado de causador da instabilidade do casamento, da desagregação da família e abandono dos filhos, mas sim como uma instituição que apenas legalizará o direito das pessoas assumirem seus próprios destinos, procurando um equilíbrio pessoal e emocional.

A própria Declaração dos Direitos Humanos assegura, em seu artigo XVI, esse direito: «Os homens e as mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm direito de contrair matrimônio e fundarem uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e dissolução».

A instituição do divórcio, embora benéfica, não mudará o comportamento e mentalidades existentes quanto à situação da mulher sozinha, seja ela solteira, desquitada ou divorciada.

A vitória da aceitação do divórcio no país é apenas uma conquista parcial para a mulher brasileira. Pois esta é uma sociedade patriarcal que não mudará da noite para o dia com a instituição do divórcio.

O divórcio poderá corrigir muitas injustiças, mas acrescentará muito pouco à real emancipação feminina, que virá apenas na medida em que homens e mulheres se disponham a refletir sobre a sociedade em que vivem buscando formas de participação efetiva na solução de seus reais problemas.

Professora bóia-fria: a enxada no lugar do giz



O jornal «O Atalho» órgão oficial da Associação dos Professores Licenciados do Paraná levantou, em seu número de março, a condição de uma professora como todas as outras. Uma diferença ela passou as últimas férias trabalhando na enxada.

O BM publica na íntegra o depoimento de Cacilda, que trocou o giz pela enxada.

Saimos de Londrina para entrevistar Cacilda Siqueira Sotana, em Primeiro de Maio, pequena cidade agrícola a 75 quilômetros de Londrina. Ela é uma mulher ativa, mãe de três filhos, 16, 14 e 8 anos e professora primária. Uma mulher igual a todas as outras professoras como ela, mas com uma diferença: passou as últimas férias acordando todos os dias às 4 horas para fazer o almoço em tempo de pegar a enxada e, numa fazenda qualquer, Cacilda é também uma trabalhadora rural volante.

Caminhões carregados de homens, mulheres e crianças

Em primeiro de Maio, chegamos à sua casa — pequena, pintura velha, afastada do centro da cidade. Quem atende é seu pai, um senhor de 84 anos. Cacilda, explica, está trabalhando na roça. Tomamos a estrada de Bela Vista do Paraíso e resolvemos esperá-la onde os «gatos» — donos dos caminhões que contratam os serviços dos bóias frias se reúnem. Os caminhões carregados de homens, mulheres e crianças vão chegando. Eles voltam do serviço de carpa da soja e do café, depois de um dia inteiro de trabalho a Cr\$ 50,00. Num dos caminhões apinhados de gente vem Cacilda e suas duas filhas, molhadas até os ossos. Em seu rosto transparece o cansaço. Sua roupa, molhada, é a mesma de todos os outros trabalhadores — calça de brim, camiseta e conga.

Estampado em seu rosto o cansaço

Cacilda aparenta mais idade do que tem: 33 anos. É professora normalista, efetiva no ensino primário.

Relutando, ela começa a narração de sua vida.

«Estou há 15 anos no magistério e com os quinquênios, o salário família, recebo Cr\$ 1.184,00 mensais. Por um problema de saúde em casa, fui obrigada a fazer um empréstimo da CAPEMI e hoje, no momento de pagamento, vem Cr\$ 444,00 de descontos. Sobra Cr\$ 740,00 líquidos para as despesas do mês. Pago Cr\$ 300,00 de aluguel, sem incluir as despesas com água, luz, alimentação, roupas, estudo das crianças. Por aí se vê que no magistério só tenho encontrado dificuldades. Leciono desde 17 anos, pelo Estado. Agora, com os filhos na escola, tenho que pagar as matrículas e a livraria onde compro fiado. Só que às vezes não pago nem matrículas e nem livraria: o dinheiro não dá».

Devendo os fios de cabelo

Abandonada pelo marido, tudo é realmente muito difícil para ela:

«Em época de aulas, a casa é sustentada pelo meu salário e pela aposentadoria de Cr\$ 384,00 que meu pai recebe do FUNRURAL. A vida não é

nada fácil para nós. Um mês pagamos aluguel, ficamos dois, três sem pagar. Noutro, pagamos armazém, ficamos dois, três sem pagar e assim vamos vivendo. Quando alguém fica doente, não pagamos ninguém. Nas férias, trabalho de bóia-fria para pagar as dívidas que se acumulam durante o ano. Com o salário que ganho no magistério, no fim do ano estou devendo até os fios de cabelo. Neste ano vou ver se consigo trabalhar mais um período na escola, pelo regime dos 50% do ordenado.

Nos dias de chuva, aos domingos e feriados, não ganhamos nada

«Levanto às 4 horas, faço almoço e acordo as minhas filhas, que vão comigo. Saimos às 5h45 e vamos até o ponto onde os caminhões estacionam para levar o povo ao trabalho. Somos contratadas pelo gato. O trabalho é puxado: das 7h00 às 9h30 é contado 1/4 do dia. Até às 12h00 mais 1/4. Se estamos cansadas e paramos, eles descontam um período de 1/4. Por isso trabalhamos direto. Na fazenda que trabalhei hoje, o tempo para o almoço foi de 40 minutos e para o café, 30. Tem fazenda onde eles dão 10 minutos a menos para o almoço. Descansamos apenas nesses horários. O normal é chegarmos da roça entre 7h30 e 8h00 da noite. Hoje chegamos mais cedo por causa da chuva e há dias em que chegamos até às 10h30 da noite. Ganhamos mais carpindo do que lecionando. Nessa época, ganho 50 cruzeiros por dia, só que nos dias que chove, nos domingos e feriados não trabalhamos e não ganhamos nada.

«Na carpa da soja a gente fica molhada de suor da cintura para cima. E da cintura para baixo a gente fica molhada pelo orvalho. Como não pegar um reumatismo? Mais dia, menos dia, a gente pega. Tenho até um dos braços que dói e isto é a recompensa pelo trabalho. A situação piora quando a soja está cheia de vagens. Temos que arrancar o mato com as mãos. O pior é que no meio da soja tem muito «manduruvás», esses bichos que ficam quando a gente encosta neles. Ontem mesmo eu e a minha filha mais velha, viemos embora à pé da roça porque encontramos uma carpa cheia deles. Com esses bichos se torna muito mais difícil».

Os descontos nunca foram indeferidos

«Na cesariana do meu último filho, tive que pagar do bolso. Há um ano atrás, minha filha mais velha ficou doente e precisou de tratamento médico. Tive que recorrer a um particular porque na cidade não tem médico que atenda pelo Instituto de Providência do Estado. Peguei todas as notas e enviei pelo correio para Curitiba, pedindo o reembolso do meu dinheiro: depois de um ano de espera, me comunicaram que o pedido fora indeferido. Escrevi outra carta, perguntando o motivo do indeferimento e dizendo que os descontos na minha

folha de pagamento nunca foram «indeferidos». Não recebi resposta até hoje. Foi a primeira vez que precisei do IPE e não fui atendida. E a gente tem que pagar o IPE, mesmo não querendo.

«Antes as coisas pareciam mais fáceis. Deve ser porque o nosso salário acompanhava mais de perto o custo de vida. O último aumento que tivemos foi em outubro de 1975. Em 76 não tivemos um centavo de aumento. Será que o Governador não sabe disso? Tudo subiu, só o nosso salário que não. Ele deveria aumentar o nosso salário sempre que subisse os preços das mercadorias. Por exemplo: se de janeiro a maio teve um aumento de 20% nos preços dos alimentos, nosso salário deve subir esse tanto automaticamente, senão ele estará sempre abaixo do custo de vida».

Só não queremos que sejam professores

«Agora, minha mãe está muito doente. Tudo o que ganhamos, temos que gastar no tratamento dela. Tenho que levá-la sempre a Londrina, para marcar consulta. Além de gastar com condução e comida, enfrentamos uma fila enorme e perco um dia de trabalho. Depois temos que voltar no dia em que ela vai ser atendida e temos as mesmas despesas e mais um dia de trabalho perdido. Se minha mãe não melhorar logo, mesmo carpindo todos os dias nos dois meses de férias, não vou conseguir nem comprar um par de sapatos para mim. É triste. Não tenho esperanças que a minha vida melhore, mas gostaria de melhorar a dos meus filhos. Só não quero que eles sejam professores».

Cacilda nos acompanha até o portão. Tudo está muito úmido. Ela posa ali mesmo para algumas fotografias. Está com um olhar muito sério. Despedimo-nos para pegar a estrada de volta. Cacilda desaparece dentro de casa Amanhã, 4h00 em ponto, vai estar de pé, a caminho da roça.



Pílulas: o risco que correm 80 mil mulheres

«Será possível que com os conhecidos índices de desnutrição e de incidência de doenças infecto-contagiosas, o planejamento familiar é prioritário do ponto de vista da saúde da população?»

(Candido Procópio Ferreira de Camargo — presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)

O Ministério da Saúde vai utilizar a rede oficial de serviços médico-sanitários para distribuir 2 milhões de caixas de anticoncepcionais, que servirão a cerca de 80 mil mulheres nos quatro anos de vigência — 1978-81 — do Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco, que é parte do Programa de Assistência Materno-Infantil (PAMI), aprovado recentemente pelo Conselho de Desenvolvimento Social, presidido pelo presidente Geisel.

A verba destinada para este programa é de Cr\$ 54 milhões de cruzeiros. Os recursos suplementares que ainda deverão ser liberados servirão para o treinamento de 5.280 profissionais de nível superior médicos, enfermeiros e assistentes sociais, e 2.775 de nível auxiliar.

E agora, como ficará a Sociedade Civil Bem Estar da Família — BEMFAM? Esta entidade vem assessorando os Governos estaduais, desde 1974, através de convênios completos com os Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, na condução da política demográfica. A questão é importante porque o Ministério da Saúde tem conhecimento da existência de grandes estoques de anticoncepcionais distribuídos por esta entidade privada às secretarias do Nordeste nem sempre administradas às pacientes com o devido acompanhamento médico. Segundo declarações do Ministro da Saúde Paulo de Almeida Machado a BEMFAM deverá enquadrar-se nas linhas de ação do Governo Federal.

Posição brasileira

Apesar da advertência de que o planejamento familiar não deve ser confundido com o controle demográfico, essa decisão do Governo representa uma mudança de filosofia quanto à demografia, definida na reunião Internacional de População,

realizada em Bucareste em 1974, segundo a qual o Brasil tinha argumentos para «defender o nascimento livre e incontrolado de crianças, dispensando qualquer tipo de coação que pudesse levar à limitação de filhos».

Durante décadas o Governo brasileiro defendeu uma posição nitidamente natalista. Em 1930 e 40 chegou a proibir a adoção de métodos anticoncepcionais. No entanto, a partir de 1960, autorizou a venda da pílula, após infindáveis discussões para verificar se eram ou não prejudiciais à saúde. Depois passou a assumir uma política de neutralidade, passando então a tolerar a entrada de entidades como a BEMFAM.

Planejamento familiar

«A Igreja nunca foi contrária a um planejamento familiar responsável», disse o cardel Aluisio Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. «Esta de distribuir pílulas em caixinhas não nos parece responsável porque, para isto, devemos primeiro fazer a preparação das pessoas, senão vamos colocar em risco muito sério as fontes de vida». Uma nação, para ser considerada potência, disse o deputado Siqueira Campos (ARENA-GO), precisa ter uma área de 7 milhões de quilômetros quadrados e 200 milhões de habitantes. O Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados e aproximadamente 110 milhões de habitantes, além de ser beneficiado por condições climáticas das mais favoráveis. Por que, então, estabelecer o controle da natalidade, quando dispomos de tamanho potencial de riquezas?

«Quando crescem, em outros países mais avançados os clamores contra os anticoncepcionais, aqui eles obtêm este tratamento. Os pobres bem merecem uma outra solução para seus males», declarou D. Eugé-

nio Sales, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro.

Gravidez de «Alto Risco» e o alto risco das pílulas

O Ministro da Saúde Paulo de Almeida Machado defende um programa de prevenção da «Gravidez de Alto Risco» definida como aquele em que a mãe, por subnutrição ou outros problemas, corre perigo de vida antes ou pós parto. (vide Brasil Mulher nº7).

A Associação Médica do Rio de Janeiro — AMERJ — em nota emitida no dia 28 de julho declarou:

«A AMERJ considera que os riscos da chamada Gravidez Perigosa ou de «Alto Risco» são sempre muito inferiores ao risco elevado do consumo continuado das pílulas anticoncepcionais, ainda que fosse possível a constante e eficaz supervisão médica em todo Território Nacional.

Nenhum médico pode honestamente afirmar que sob sua responsabilidade e vigilância a mulher à qual der pílulas estará livre de riscos de sofrer trombozes, embolias, enfartes do miocárdio, atrofia dos ovários, parto de débeis e de deformados físicos, câncer da mama e do útero.

Todos os médicos, porém, especialmente os do Ministério da Saúde podem evitar as complicações da gravidez, mesmo que de «Alto Risco», mediante assistência pré-natal vigilante (vide Brasil Mulher nº 1).

«Aprovado o novo Programa de Saúde Materno-Infantil pelo CDS, só não correrão quaisquer riscos as multinacionais vendedoras de pílulas e as empresas estrangeiras que venderem a matéria-prima para a Central de Medicamento produzi-las».

O arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires afirmou que considera a distribuição gratuita de pílulas um crime semelhante ao do homem que resolvesse matar seus filhos para não

ter que alimentá-los. Entende D. José que a mulher brasileira não precisa de pílulas de graça mas sim de comida para ela e seus filhos.

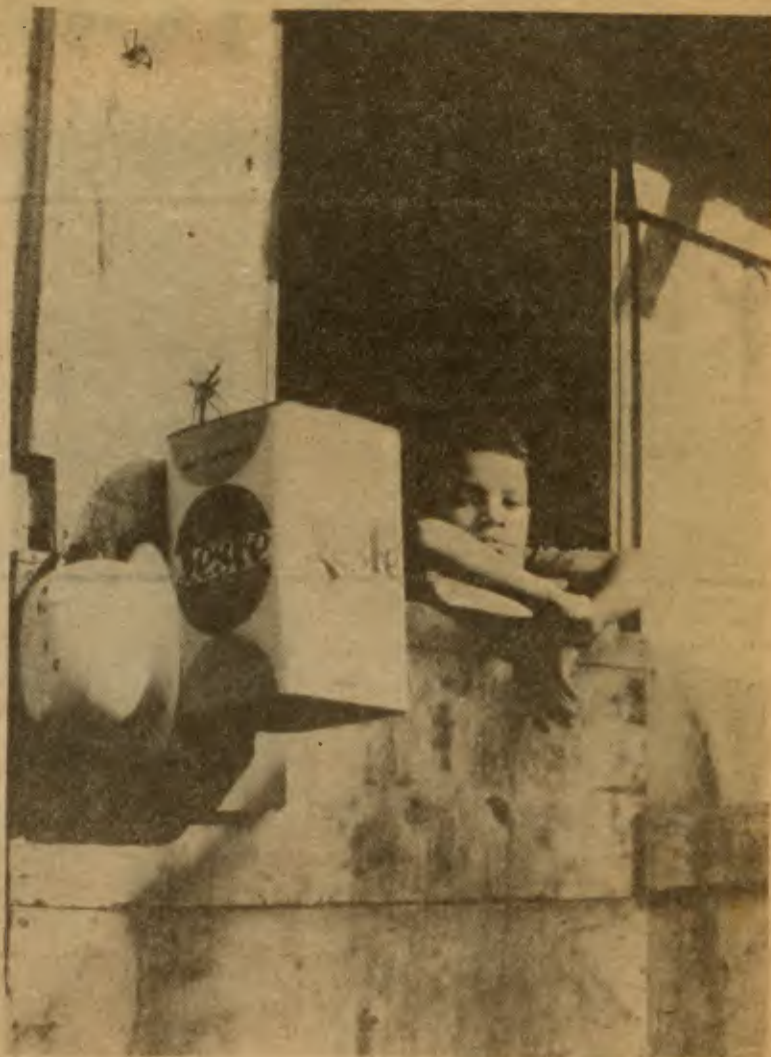
«Todos sabem que o Brasil não é um país superpovoado, acrescentou D. José, temos espaço de sobra para mais do dobro de nossa população. Nem é um país pobre. Temos recursos para alimentar todos os brasileiros. Se há fome é porque até hoje não se faz a política do homem, mas a política do lucro».

«O programa de planejamento familiar, disse o secretário de Promoção Social de São Paulo, Mário Altenfelder, poderá facilmente degenerar e colocar em risco até mesmo o crescimento do país. Embora inicialmente a previsão seja a de distribuir pílulas apenas às mulheres com gravidez de risco, fatalmente pouco a pouco esta faixa se estenderá, acabando por levar o país a uma regressão populacional. Um Brasil com 300 ou até 400 milhões de habitantes é o sonho do secretário, que duvida da possibilidade de algum país vir a se tornar uma grande potência se não tiver um crescimento populacional razoável. Lembra o secretário que o Brasil, com aproximadamente 110 milhões de habitantes, é o sexto país mais populoso do mundo. A China tem 800 milhões e os Estados Unidos e a Rússia 250 milhões, continua ele, e só assim podem se impor».

O secretário acha que, embora o planejamento familiar seja uma tendência em todos os países desenvolvidos, isto só se alcança com educação sanitária de tipo popular. Qualquer coisa que escape a esta orientação pode ser muito perigosa e mesmo servir a interesses estranhos aos do país.

Fontes: O Estado de S. Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil.

Andre Boccato



Mulheres lideram Associação de Favelados

ROCINHA

Localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, a Favela da Rocinha tem aproximadamente 130 mil habitantes, duas escolas e uma creche. A principal escola, a Escola Paula de Brito, tem 1.500 vagas. Calcula-se que existem seis mil crianças em idade escolar. Em 1960 foi criada a Fundação Leão XIII, que é o órgão do Estado encarregado de implantar a política governamental em relação às favelas. Existe também o Serviço Especial de Recuperação de Favelas que criou a Associação Pró-Melhoramentos da Rocinha. A Ação Social Padre Anchieta (ASPA) dedica-se exclusivamente ao bairro de Barcelos, parte plana e pavimentada da favela, e atua através de um jornal, de uma escola, de um grupo teatral e uma creche, que só tem capacidade para abrigar 20 crianças cobrando Cr\$ 150,00 de mensalidade.

Elas são da Associação União Pró-Melhoramentos da Rocinha. Ganham as eleições de maio último em chapa única, por desistência de duas chapas encabeçadas por homens. Dos 5.080 associados, apenas 90 votaram o que, no mínimo, indica um primeiro desafio: aumentar a participação dos moradores na Associação. Os planos dessas vinte mulheres são ambiciosos. Sabem que vão lutar contra o medo de aproximadamente 130 mil pessoas que habitam a Favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Medo de uma chuva grande, que possa provocar desabamentos. Medo de uma possível remoção que leve o pessoal para longe de seus locais de trabalho.

Entre os objetivos da Associação está o de representar os interesses da favela diante dos órgãos governamentais e particulares e administrar os sistemas de água, luz e esgotos, dirigindo os projetos que dizem respeito à infraestrutura local de urbanização. Silvana, a Presidente da Associação, dona de casa e mãe de quatro filhos já crescidos (dois trabalham na Associação), fala para Brasil Mulher sobre os problemas de sua comunidade.

BM — Por que foi feita uma chapa só de mulheres?

Silvana — Havia três chapas. Duas de homens. Mas eles descuidaram e perderam. Os homens não faziam propaganda. As mulheres pregaram cartazes em toda a favela, fizeram propaganda com auto-falante depois das 10 horas, após as nove. As mulheres trabalham com a cabeça e os homens com a força manual. Hoje a chapa já é reconhecida e até os homens me chamam e se interessam.

BM — O que é uma Associação de Moradores?

Silvana — É a segurança do povo, é a «não remoção», é uma prefeitura. Quero deixar bem claro que a associação é apolítica, não tem religião e nem preconceito de coisa alguma. Queremos o povo em massa.

BM — Fala-se em remoção na Rocinha. Isso não assusta vocês?

Silvana — Acredito que não vai haver perigo de remoção. Lugar, o Governo tem. Mas verba para isso eu acho que ele não tem. O povo nunca quer sair do local onde está. A condução é muito cara e quanto mais longe, mais dinheiro e mais tempo dentro do ônibus.

BM — Qual a situação legal da Rocinha?

Silvana — Nós somos invasores passivos. Os primeiros chegaram aqui, quebraram as árvores e construíram os barracos. O terreno é do Governo, mas tem pessoas aqui que passam recibo sem ser dono da terra. Os terrenos não vão ser comprados por nós, mas talvez o BNH vá comprar porque tem verba disponível e a Diocese é o nosso fiador.

BM — Quais os problemas mais graves na favela?

Silvana — A água é o maior problema da Rocinha. Existem grupos de pessoas que constroem poços e até vendem a lata d'água por Cr\$ 5,00. Recorremos ao CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgoto) para que nos desse três reservatórios: um no Morro de Capado, outro no terreno do Banco Central e outro no Clube Umuarama. Este clube teria água grátis, porque ali passariam os barbarás. A distribuição de água seria da seguinte forma: 100 litros por segundo para a Rocinha, que pagaria todo o serviço e 60 litros por segundo para os «bacanas» que não pagariam nada. A CEDAE exigiu um depósito de Cr\$ 1.000,00 para o início das instalações. Os moradores não concordaram e agora o assunto está por conta dos advogados. Quanto ao fornecimento de luz, queremos que a Comissão Municipal de Energia volte a cuidar disso. Batista, o Diretor da Comissão, brigou com esta e monopolizou oito canais de luz.

BM — O que vocês pretendem fazer na Associação?

Silvana — De uma maneira geral urbanização, saneamento. O povo está desnordeado. Muitas favelas acabam com fogo, mas a Rocinha está correndo o risco de se acabar com água. Em dias de chuva a água

sobe um metro e meio nas paredes. Quando o céu está escuro o povo começa a rezar com medo de uma catástrofe.

BM — O que vocês já começaram a fazer?

Silvana — O ambulatório já está funcionando durante duas horas por dia e temos também o Serviço de Vigilância de Construções que encaminha à Divisão de Orientação a Populações faveladas (da Prefeitura) os pedidos para construir barracos. Estamos também pensando em fazer um Plano Piloto para urbanização. Conseguir a opinião das pessoas sobre estes problemas é que tem sido difícil. Só temos o sábado para correr as casas das pessoas, mas está ótimo.

BM — A presidência da Associação tem sido um cargo sempre ocupado por homens. O que você acha do seu papel como Presidente?

Silvana — Eu nasci mulher, mas gosto mais de serviço assim como o da Associação. Esse negócio de ficar só em casa eu não gosto não. Qualquer um pode fazer este serviço, homem ou mulher.

BM — As pessoas em geral não valorizam o trabalho doméstico da mulher. O que você pensa sobre isso?

Silvana — A mulher é uma mártir porque tem responsabilidade com os filhos, com a casa e com o serviço de fora. O pensamento dela é mais

abençoado que o dos homens que chegam em casa e querem tudo na mão.

BM — Qual o tipo de trabalho que as mulheres da Rocinha fazem, em geral?

Silvana — Elas, em geral, são diaristas, e não tem carteira assinada porque para isso teriam que ser autônomas e pagar 16% do salário mínimo.

BM — Como as pessoas daqui encaram seu trabalho na Associação?

Silvana — Todos respeitam o trabalho das mulheres. Até os marginais.

BM — O que vocês pensam sobre o controle da natalidade?

Silvana — Acho que a natalidade devia ser controlada mesmo, mas as mulheres não são culpadas dos muitos filhos. A culpa é muito mais dos homens que só pensam em sexo e não pensam na vida dos filhos.

BM — Você gostaria de dizer alguma coisa para as mulheres?

Silvana — Quero dizer que a união faz a força e a força só depende de nós. Não sabemos o valor que nós temos. Se todo mundo se unisse em redor de uma coisa, conseguiria a paz, que também depende de união. As pessoas desunidas nunca vencem na vida. As pessoas unidas geram amor e com amor dão a mão umas às outras para progredir.



ANUNCIE no Brasil Mulher

Os contatos para ANÚNCIOS deverão ser mantidos com GISÉLIA pelos seguintes telefones: 291-3769, 279-2333 2335/2338/2155



Nas casas dessas mulheres: forno, fogão e fábrica

Numa pequena rua do Bosque da Saúde, no fundo de um pequeno corredor, numa casa de dois cômodos. Lá mora D. Alaide, que fala de seu trabalho e de sua vida:

«— Trabalho para uma firma de calçados. Trago para casa as palmilhas, a parte de cima das sandálias e a cola. Colo uma na outra e ponho para secar numa forma. Fico satisfeita de ver o serviço depois que acabo. É claro que a sandália ainda não fica pronta, falta colocar o salto e a sola, mas quando sai daqui já dá pra ver que vai ser uma sandália. Às vezes passo em frente da loja de um chinês e vejo dessas sandálias lá dentro para vender. Fico só pensando como elas são bonitas e que uma parte foi eu que fiz. Eles vendem por Cr\$ 60,00 e pro meu trabalho pagam Cr\$ 0,20 o par. Dá pra fazer uns Cr\$ 800,00 por mês. E isso trabalhando a noite toda, que de dia eu não posso. Tenho que espalhar as palmilhas em cima da mesa, passar a cola e aí as crianças vem e mexem, não é possível de dia.

«— Com 5 filhos e marido doente em casa, o serviço é grande. Só pego nas sandálias depois que todos dormem, lá pelas 10:00 hs. Largo de manhã e começo o trabalho da casa. Só depois do almoço que dá pra dormir umas 3 horas. O cheiro de tinta faz mal pro meu marido, que sofre do coração. Ele está em casa, aposentado por invalidez, e recebe Cr\$ 2.000,00. Trabalhei 25 anos em jornal, assim como você. Era gráfico do Diário Oficial. E agora não pode mais, o coração não aguenta. Faz uns 20 dias ele teve uma crise e eu larguei as sandálias, por causa do cheiro da cola. Esses dias tenho trabalhado como diarista em serviço doméstico. Mas não dá pra largar em casa 5 crianças, sendo que o mais novo tem só 1 ano. Vou procurar outro serviço pra fazer em casa, talvez de costura».

Pequenas e médias empresas exploram o trabalho de milhares de operárias domiciliares, dispersas pela cidade grande. São em geral mulheres de trabalhadores, que necessitando complementar o salário dos maridos assumem

esse tipo de trabalho, cansativo e mal remunerado. São também viúvas ou separadas do marido que mantém sozinho suas casas. É grande a economia que a indústria faz, utilizando o trabalho dessas mulheres, para as quais não existem férias, aposentadoria, INPS, ou qualquer lei que lhes garanta algum direito. Com isto, investem menos em máquinas, luz, fiscalização e imóvel, conseguindo assim manter sua produção a um preço mais baixo e, consequentemente, alcançam melhor seu maior objetivo: o lucro. Além disso, a operária domiciliar, recebendo por produção, enfrenta uma concorrência de mão de obra que é estimulada pelas empresas. Elas se autofiscalizam, empenhadas em produzir mais e mais, presas dentro de suas casas, sem as mínimas condições de trabalho (local, luz, ventilação, higiene). Trabalhando isoladas, tem menos capacidade de reação a esta situação toda, do que as operárias concentradas no mesmo espaço físico.

Também no Bosque da Saúde mora D. Aurora, casada, mãe de 6 filhos:

«Será que o que a senhora escreve não vai me prejudicar? Se prejudicar a firma, eles não me dão mais trabalho. Só o salário do meu marido não dá. Ele está no seguro faz quase 1 ano. E a gente tem 6 filhos. Desculpe eu não parar de trabalhar, mas se eu não entregar essas bolsas hoje, a firma passa o serviço pra outra. Sento nessa máquina o dia inteiro e só dá pra fazer umas 40 bolsas, às vezes 50. Recebo Cr\$ 1,20 por cada, mas não faço ela toda, uma parte já vem pronta. Às vezes aquele ali (um menino de 9 anos) me ajuda um pouco. Os maiores são guardinhas mirim, trabalham de tarde num banco. Não me ajudam em nada e eu não sei como agir. Os moleques de hoje são tão diferentes! Me falaram que tenho que me registrar como autônoma, mas como vou pagar INPS todo mês, se nem sempre tenho serviço? O melhor mesmo era trabalhar numa firma, registrada, mesmo porque a gente trabalhar sozinho o dia inteiro é ruim. Mas meu marido não quer que

trabalhe fora. Mesmo que ele deixasse, eu não podia, com esses meninos todos... o mais novo ainda tem 3 anos. Os maiores ficam na guardinha, mas os pequenos não tenho quem olhe».

Esses trabalhos a domicílio são prolongamentos de fábricas, ligadas às vezes por intermediários, como pequenas oficinas, que empregam 5, 6, até 10 mulheres trabalhando juntas. As empregadas da oficina recebem salário fixo mensal e as que levam trabalho para casa recebem por peça.

Oficina de costura em Vila Mariana. Uma pequena sala nos fundos da casa da gerente, uma senhora nortista que coordena o movimento e trabalha junto com as operárias na confecção de camisas. Três horas da tarde, o trabalho é intenso. Laurita, uma das operárias, tem 24 anos, é separada e tem uma filha que vive com a avó na Bahia.

«— Faz pouco tempo que estou trabalhando assim em oficina. Trabalhei 7 anos como doméstica, mas vivia doente, pois não posso mexer muito com água. Assim é

melhor, tem hora pra almoçar e pra sair. É verdade que fico até 10:00 hs, mas faço hora extra porque quero, não sou obrigada. Tenho que pagar pensão e mandar uma ajuda pra minha mãe. Meu marido me ajuda se eu entregar a criança, mas eu não entrego não. Um dia ela cresce, fica moça e vai me ajudar».

O ambiente dessa oficina é bem doméstico. Nota-se que todas se relacionam bem. Às 4:30 horas começa um movimento de fechar máquinas e guardar material. Como não era hora de terminar, D. Hosana, a gerente, explica: «— É que toda 5ª feira, a gente faz sessão espírita. O trabalho termina mais cedo, mas todas recebem pelo dia integral. Não se pode viver só de trabalho, temos que cuidar da alma».

As operárias vão varrendo, limpando e arrumando a sala: Apenas uma fica para a sessão, as outras se despedem. Mais tarde, a casa é defumada e colocam músicas religiosas. Enquanto dirige a arrumação, D. Hosana explica como são as relações da oficina com a fábrica e com as

operárias: «— As camisas já vem talhadas. O serviço de costura a gente faz, é serviço de primeira. A oficina é registrada na Prefeitura e é quem paga férias, INPS, 13º, etc. O horário de trabalho é normal, mas quase todas fazem 4 horas extras por dia. A fábrica paga por peça, mas eu não sei quanto é. Só sei que o lucro é pouco. A fábrica só gasta o tecido e fica com a fama e o maior lucro, não tem nem comparação. Mas quem faz tudo é a gente aqui, são essas moças que não param de trabalhar».

São mulheres que não param de trabalhar e, apesar disso, nunca tem nada. Só lhes resta mesmo esta única escolha: continuar a trabalhar mais e mais. A grande indústria, ou usando de intermediários, ou estendendo diretamente suas garras até as casas dessas mulheres, não lhes deixa nada mais que a força de continuar trabalhando, para assegurar uma dura sobrevivência. É principalmente para assegurar que uns poucos continuem engordando a custa de homens e mulheres que não param de trabalhar.



Domésticas: "Queremos ser vistas como trabalhadoras"

«Nosso dia é o dia 1º de Maio»

A profissão de doméstica, diretamente ligada às atividades «ditas» femininas, não pressupõe nenhum preparo anterior, uma vez que a maioria das mulheres de todas as classes sociais em nosso meio é educada «para o lar». Quem é doméstica não escolheu a profissão. Está sempre desejando trocá-la por outra, diz Maria da Hora, da Associação de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro. «São mulheres que precisam trabalhar e, não tendo profissão, empregam-se em casas de família de onde pretendem sair tão logo consigam aprender outra coisa qualquer».

As mulheres nesta situação representam uma enorme parcela da população feminina economicamente ativa do País. O Censo de 1970 revela que três quartos destas trabalhadoras ganhavam menos de 60% do salário mínimo vigente na região.

— A situação da doméstica está mudando, afirma Maria da Hora. Antigamente ela trabalhava em troca de casa, comida e mais «um dinheirinho» pelo muito trabalho que desempenhava. Agora, através das ainda poucas conquistas da categoria, a tendência é a de equiparação com os trabalhadores em geral, em termos de direitos e salários.

Conforme pesquisa realizada pela Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo (APEDSP), com 1500 associados, os salários variam de Cr\$ 900,00 a Cr\$ 1.200,00, chegando às vezes a um pouco mais. Algumas patroas reclamam que, além de cerca do salário mínimo — Cr\$ 1.106,40 (SP), elas ainda recebem casa, comida, etc. Comparando a situação da doméstica com a do trabalhador, acham justo descontar do salário a importância destas «vantagens», (apenas 25,8% das domésticas moram com a família). No entanto, ninguém parece notar que a empregada que mora no emprego trabalha muito mais horas, sem a pausa necessária para as refeições ou lazer noturno (48,5% fazem TODO o serviço e 23,9% tem apenas UMA folga por mês). Para estas patroas inconformadas há um contra argumento: este trabalho extra e sem remuneração é o retorno, em serviços, das «vantagens» não são gratuitas de casa comida.

Com o achatamento do salário dos patrões, contratar uma doméstica será, cada vez mais, regalia das classes de alta renda. Com isso, o mercado de trabalho se estreitará para a categoria. Por outro lado as melhores condições de trabalho e salário que pleiteiam agora incentivarão a qualificação das verdadeiras domésticas. Assim, as que forem «incompetentes» para a função serão empurradas para outro tipo de trabalho.

Só em 1973 elas adquiriram direito a férias e à Previdência



A profissão de doméstica é característica dos países subdesenvolvidos (44,5% começam a trabalhar entre 10 e 16 anos). Nos países industrializados só uma pequena elite pode manter estas profissionais. São bem pagas e amparadas por legislação mais humana.

Como as donas de casa com baixa renda ou com renda agora insuficiente resolverão o problema? Surgirá uma nova mentalidade, pela qual todos participarão dos trabalhos caseiros, com participação do marido, ou o Estado montará um sistema doméstico coletivo — restaurantes a preços populares, creches, lavadeiras, etc.?

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

A maioria das domésticas (78,5%) reconhece que é preciso melhorar

sua vida profissional e 66% sente a necessidade de pertencer a uma associação de classe. Sentem-se muito sozinhas (45,1%), por que vivem confinadas às paredes do lar alheio, em meio a uma classe social que não lhes pertence. Para muitas, a desunião da classe é um dos maiores obstáculos (43,6%), seguido do desrespeito da sociedade em relação a elas (28%). Entretanto, 17,4% está disposta a combater essa desunião pela colaboração mútua e defesa dos seus direitos.

Desde 1962 estão surgindo associações de empregadas domésticas. São embriões de futuros sindicatos, como é o caso das Associações do Rio — 600 sócias — e de São Paulo — 1500 sócias. Há Associações de Empregadas Domésticas também em

Belo Horizonte, Recife, e algumas cidades dos Estados de Minas e de São Paulo. Segundo as representantes de várias associações, a maior dificuldade é conseguir associados.

Rio — «Muitas domésticas não querem se associar porque estão sempre querendo mudar de profissão».

S.P. — «Nossos maiores problemas são as distâncias, o confinamento, a falta de comunicação. As folgas, muito curtas e raras, não nos permitem maior mobilidade».

As entidades de classe do Rio e de São Paulo, ambas com diretoria composta por domésticas, surgiram quando foi sentida a necessidade de, unidas, lutarem por seus direitos. No Rio, a Associação tenta ajudar as recém-chegadas do Interior, oferecendo-lhes hospedagem e orientação. Não conseguem fazer muito — dizem — pois contam somente com a contribuição das sócias e do Banco da Previdência.

Em São Paulo, em 1976, após muitos anos de dificuldades, a Associação encontrou um caminho — um acordo de colaboração com a Inter-American Foundation (Agência Independente dos Estados Unidos). Agora, bem instalada, a entidade trabalha a todo vapor para atingir suas metas: extensão dos benefícios das Leis do Trabalho, promoção de cursos de aperfeiçoamento profissional e outros, atendimento em questões trabalhistas — dispõe de advogados contratados — e assessoria de pessoal especializado. Possui também um departamento de colocações, cuja taxa é de 30% — as agências comuns cobram até 80% e também redigem um jornalzinho.

LEGISLAÇÃO

A Lei que regulamenta a profissão data do ano de 1972. Até aí, a profissão de doméstica era considerada subemprego. Segundo as representantes da classe, a lei ainda deixou muito a desejar. No ano passado, a diretoria da Associação de São Paulo, assessorada por seu advogado, Hamilton Proto, entregou pessoalmente ao Ministro do Trabalho, em Brasília, as reivindicações da categoria: fixação da jornada de trabalho em 10 horas, no máximo, fixação do salário-base (o mínimo da região), direito à folga semanal remunerada e horas extras, Fundo de Garantia, 13º salário, direito à sindicalização e finalmente justa causa pela dissolução do vínculo empregatício.

Até o momento, não houve resposta oficial.

N.R. Os dados incluídos na matéria são de pesquisa feita pela Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo — 1974 — colaboração da Obra Santa Zita.





SAMORA MACHEL

«Dizer que a mulher não sente a necessidade de se libertar é um argumento sem peso, que não resiste à análise. As mulheres sentem essa dominação e a necessidade de modificar a sua situação».

Mulher Moçambicana

Em março de 1973 realizou-se a Primeira Conferência de Mulheres Moçambicanas, à qual compareceram representantes de todos os setores de atividade, envolvidas na luta contra o colonialismo português, predominando as mulheres do Destacamento Feminino (1).

A Conferência foi encabeçada por Samora Machel, presidente da Frelimo (2), que definiu em seu discurso de abertura o contexto histórico-político em que a conferência estava se realizando, analisou também as origens da alienação feminina, salientando a linha a ser seguida para a emancipação das mulheres moçambicanas.

Publicamos a seguir alguns trechos do discurso do presidente da FRELIMO.

«Por que preocuparmo-nos com a emancipação da mulher? Alguns acham que devemos consagrar todos os esforços na luta contra o colonialismo e que a tarefa da emancipação da mulher neste quadro é secundária uma vez que leva a um desperdício das nossas forças. Acrescentam ainda que a situação em que vivemos, com escassez de escolas, poucas mulheres instruídas, outras apegadas à tradição, não nos fornecem as bases de partida para uma ação consequente; por isso importa aguardar a independência, a construção de uma base econômica, social e educacional sólida para desencadear a batalha. Qual então a necessidade neste momento de emancipar a mulher, quando a sua maioria esmagadora é indiferente ao assunto? Esta é uma questão muito séria. Exige estudo e idéias claras.

A necessidade da emancipação

A emancipação da mulher não é um ato de caridade. De uma maneira geral, no seio da sociedade, ela aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela botado patrão e do colono. Será possível transformar o sistema de exploração, mantendo uma parte da sociedade explorada? Mais da metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres. Dizer que a mulher não sente a necessidade de se libertar é um argumento sem peso, que não resiste à análise. As mulheres sentem essa dominação

e a necessidade de modificar a sua situação. A dominação exercida pela sociedade, asfixiando-lhes a iniciativa, as impede frequentemente de exprimirem as suas aspirações e de conceberem os métodos da sua luta.

O sistema de exploração como ponto de partida

O mecanismo da alienação da mulher é idêntico ao mecanismo da alienação do homem colonizado na sociedade colonial, ou do trabalhador na sociedade capitalista. Logo que se desencadeou o processo de exploração a mulher como o homem, foi submetida à dominação das camadas privilegiadas. A mulher é também um produtor, um trabalhador, mas com qualidades particulares. Possuir mulheres é possuir trabalhadores — gratuitos, cuja totalidade do esforço de trabalho pode ser apropriada sem resistência pelo esposo, que é amo e senhor. Casar-se com muitas mulheres na sociedade de economia agrária torna-se um meio certo para acumular riquezas. O marido assegura-se de mão de obra gratuita, que não se revolta contra a exploração.

Os mecanismos ideológicos e culturais da dominação

A sociedade da propriedade privada dos meios de produção cria e impõe a ideologia e cultura que defenderão os seus valores e a sua sobrevivência. A exploração econômica da mulher, a sua transformação

em produtor sem direitos, a serviço do proprietário esposo ou pai, exigem a elaboração de ideologia e cultura adequadas; e a organização de um sistema de educação que as transmitam. Manter a mulher na ignorância ou só educá-la o mínimo necessário é o princípio geral. Por isso todas as superstições e religiões sempre encontraram na mulher o terreno mais fértil.

As linhas da nossa ação

Há quem conceba a emancipação como uma igualdade mecânica entre o homem e a mulher. Seria então a mulher e o homem fazerem exatamente as mesmas coisas, dividirem mecanicamente as tarefas do lar? Esse tipo de emancipação leva, como nos países capitalistas, a reclamações e atitudes que deturpam inteiramente o seu verdadeiro sentido. A mulher emancipada é a que bebe, fuma, usa calças e mini-saias, dedica-se a promiscuidade sexual, recusa-se a ter filhos, etc. Outros identificam a emancipação com a acumulação de diplomas. Há ainda quem considere que a emancipação consiste em atingir um certo nível econômico, social, cultural. Todas essas concepções são erradas e superficiais. Nenhuma delas atinge o coração da contradição nem propõe uma linha que de fato emancipe a mulher. Para se emancipar ela necessita de um engajamento político consciente e a participação nas tarefas de produção.

Outro aspecto é o da educação científica e cultural que permite à mulher uma concepção correta das suas relações com a natureza e a sociedade, destruindo assim os mitos gerados pelo obscurantismo que a oprime mentalmente e a privam de iniciativa. Resta um aspecto final: o das relações entre o homem e a mulher, uma nova concepção sobre o casal e o lar. Até hoje elas foram fundadas na pretensa superioridade do homem sobre a mulher, com o objetivo de satisfazer o egoísmo do homem. A relação homem-mulher deve ser fundada exclusivamente no amor. Não falamos aqui das concepções românticas e banais do amor. Para nós o amor só pode existir entre seres livres e iguais.

A organização da mulher

Impõe-se unir as mulheres. A unidade é a força motriz. Um outro esforço de explicação deve ser feito para levar a mulher a compreender que a sua experiência de sofrimento, de exploração e de opressão é a mesma em toda parte. Todas trazem os mesmos calos, conheceram a mesma fome, a mesma miséria, a mesma algema, a mesma viuvez, as mesmas lágrimas provocadas pelo colonialismo e pela exploração. Importa ainda considerar a necessidade de lutar contra certas atitudes subjetivas, muito negativas. Inúmeras mulheres consideram o seu engajamento como transitório, enquanto forem solteiras. Têm a tendência de se desligarem das tarefas desde que se casam, muitas vezes encorajadas pelos próprios maridos, que concebem a mulher como propriedade privada, existente em função de si, e a ele ligada quase como uma bagagem de que dispõe a seu prazer e que deve acompanhá-lo em cada deslocação. Isto está em conflito com as exigências da luta de libertação e do combate da mulher pela sua emancipação. Devemos mobilizar todas as mulheres para sentirem a necessidade de participar numa tarefa concreta, sentirem-se responsáveis e agentes ativos da transformação da sociedade.

(1) O Destacamento Feminino mantinha combate direto com os colonialistas portugueses. O Destacamento fazia parte da Organização da Mulher Moçambicana — OMM, que engajava todas as mulheres em várias atividades: saúde, educação, produção, exército. A OMM fornecia os quadros de mulheres para o Destacamento. Ambos são ligados a Frelimo.

(2) Frelimo — Frente de Libertação de Moçambique. A «Frente» nasceu de várias organizações políticas que atuavam em Moçambique. Em 25 de junho de 1962, as três organizações principais — UDENAMO, MANU, UNAMI decidiram unir-se e formar uma Frente de todos os Moçambicanos. Assim nasceu a FRELIMO.



CPI da Mulher: fora das fábricas, escolas e cozinhas

Para impedir o acesso da trabalhadora à CPI da Mulher existe o seguinte mecanismo: a pessoa sugerida deve apresentar seu «currículo» para a aprovação do Congresso. Mesmo em caso de aprovação, alega-se uma «suposta inibição» que impediria a trabalhadora de falar naquela casa. Mas também não é permitido que seus membros se desloquem às fábricas, escolas, cozinhas.

Instalada no dia 28 de abril, a Comissão Parlamentar de Inquérito -CPI- que investiga a situação da mulher no Brasil teve início em 1977. Mas, como reconheceu o próprio presidente da CPI, senador Gilvan Rocha, em uma reunião com entidades femininas em São Paulo (realizada no dia 18 de julho) houve uma evidente seleção elitista de todos os nomes indicados. Das mulheres que prestaram depoimentos, a maioria é advogada. Há ainda, algumas sociólogas e pesquisadoras. E entre as próximas pessoas a serem convidadas para falarem sobre a discriminação sofrida pela mulher está a ministra da televisão Cidinha Campos.

Se bem que a competência da CPI seja limitada — apenas ouve as denúncias e as registra para elaboração de um relatório — sua constituinte é importante no momento «por ser uma forma de pressão a mais, na atual conjuntura antidemocrática», afirmou o senador Gilvan Rocha.

No entanto, os depoimentos prestados, apesar do alto nível das expositoras e da importância das denúncias apresentadas, revelam que a CPI constituída por doze membros (três do MDB) excluiu a classe trabalhadora do direito à palavra. Embora três de seus componentes do MDB (senadores Gilvan Rocha, Franco Montoro e Nelson Carneiro) demonstrassem grande interesse em apurar as reais condições da vida da mulher, na realidade ela não pôde

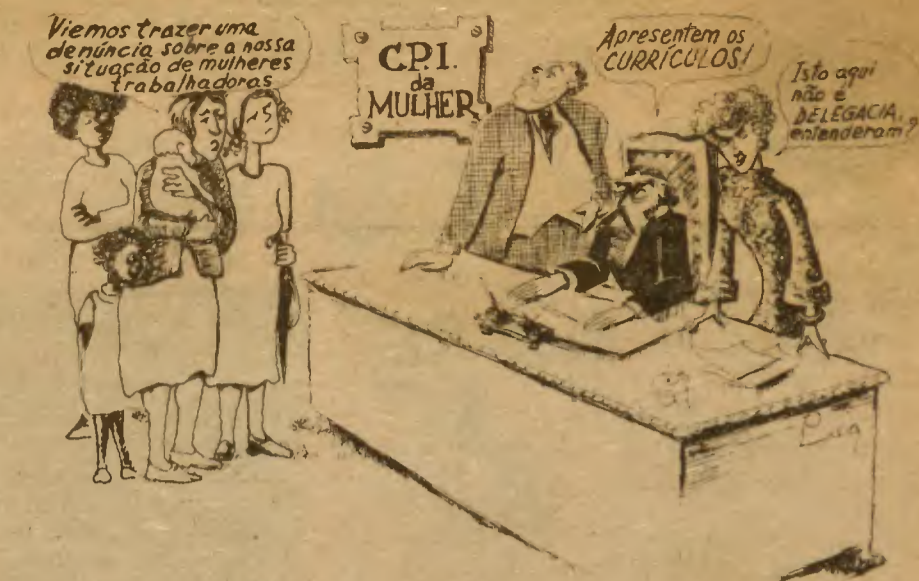
escapar aos rigores burocráticos das demais CPIs. Para dificultar o acesso das mulheres trabalhadoras à CPI existe o seguinte mecanismo segundo Gilvan Rocha: cada pessoa sugerida deve apresentar seu «currículo» que é examinado pelos senadores e deputados e em seguida seu nome é votado. Para não aprovar a presença de uma trabalhadora na CPI, alega-se uma «suposta inibição», ou seja, por sua condição humilde, a trabalhadora não teria condições de falar diante do Congresso.

CPI sem saída

Além disso, os trabalhos da CPI também são dificultados porque os testemunhos tem que ser ouvidos em Brasília. No entanto, o senador Gilvan Rocha, os membros da CPI deveriam se deslocar para ouvir depoimentos de todos os setores (fábricas, escolas e cozinhas), mas a regulamentação da CPI impede esse deslocamento.

Para Gilvan Rocha, a discriminação é uma constatação de fatos que burlam a lei. Apesar de não haver impedimentos legais, a mulher não consegue acesso ao cargo de embaixadora, é recusada em determinados cargos na Petrobrás e em várias empresas estatais e privadas.

O deputado Almir Pazianoto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo contestou essa colocação. Para ele, a discriminação contra a mulher não



está na lei, mas na realidade. Na verdade, existe uma legislação «protecionista» à mulher que esconde, de fato, outros propósitos. É o caso, por exemplo, da proibição do trabalho noturno para as mulheres, que na verdade, impede o acesso de maior contingente feminino ao trabalho, devido ao problema do desemprego. No entanto, o deputado considerou injusta a luta pela «igualdade» da mulher em funções que lhe são proibidas por lei, como atividades em locais insalubres ou de grande periculosidade. De fato, afirmou o deputado — o que se deve eliminar é o trabalho insalubre, em condições perigosas, as horas extras, para todos os trabalhadores, homens e mulheres. «O que é incorreto é exigir o acesso da mulher a atividades que, na verdade, são prejudiciais ao ser humano, seja homem ou mulher». Nesse caso, acrescenta Pazianoto, o que se deve procurar é evitar uma «igualdade fictícia, quando a base do problema está na situação social e que só pode ser resolvida com a libertação da classe trabalhadora».

Também foram feitas referências na reunião à dupla jornada de trabalho da mulher (como trabalhadora e dona-de-casa), à discriminação salarial da mulher (quando a lei exige que para igual função se pague igual

salário) e a situação da empregada doméstica (denúncia apresentada por Cecília de Paula Teixeira, da Associação Nacional de Assistência aos Empregados Domésticos).

A mulher na política

O Movimento Feminino pela Anistia e o Departamento Feminino do MDB apresentaram, como subsídio à CPI, um documento pedindo a maior participação da mulher na política nacional.

O senador Gilvan Rocha anunciou que levará também à CPI, três dos principais pontos que em seu entender foram abordados na reunião: 1 - Que é mais útil para a mulher igualdade de direitos do que ser discriminada física e socialmente (e mesmo legalmente sob o disfarce do «protecionismo») 2 - que o desenvolvimento político com justiça social é uma das melhores maneiras de fazer a independência da mulher. 3 - consenso para reconhecer o trabalho feminino em casa, como prerrogativa igual aos demais, na legislação trabalhista. Sob esse ponto, colocou-se que cabe à sociedade liberar a mulher da dupla jornada de trabalho, assumindo as funções rotineiras «ou dramáticas». Para tanto foi reivindicada a implantação de creches e lavanderias.



Brasil Correio

«Estou sentindo na carne o desrespeito, a repressão à dignidade de cidadã, de mulher.»

«Estou sendo objeto de desrespeito aqui em meu ambiente, a Universidade do Maranhão, onde sou aluna dos Cursos de Direito e Comunicação Social. Portanto, o comentário sobre a condição da mulher que posso fazer atualmente é o de comunicar-lhes minha vivência. Estou sentindo na carne o desrespeito, a repressão à dignidade de cidadã, de mulher.»

Anexo a esta a nota oficial da Universidade publicada na imprensa, (vide ao lado) cancelando, arbitrariamente, minha inscrição ao 2º vestibular/77. Digo arbitrariamente porque a decisão não se respaldou em qualquer norma legal. Nem no Processo a que a nota oficial alude, nem a própria nota, que não menciona, como podem ver, qualquer artigo legal, não cita legislação proibindo minha inscrição ou permitindo o cancelamento.

Como sabemos, nos termos da Constituição de nosso país (art. 153, parágrafo 2º), ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude da lei», sendo o cancelamento de minha inscrição uma ilegalidade, resultante de um abuso de poder da parte da Universidade, estou requerendo mandato de segurança para proteger o meu direito. O referido mandato está instruído com um pedido de liminar contra o cancelamento tendo em vista a proximidade do vestibular (este domingo 17/7/77).

Adianto ainda que em maio último tive meu mandato de representante do corpo discente da Universidade junto aos Conselho Universitário e Conselho Central de Coordenação, CASSADO, após ter denunciado, em reunião, no exercício de minha função, desobediência de disposição do Regimento Geral e do Estatuto da Universidade do Maranhão, por parte de alguns de seus próprios órgãos.

Dias após esse episódio recebi um comunicado extinguindo meu mandato e uma via de meu Histórico Escolar contendo duas reprovações fofgadas. (Quando o estudante tem realmente reprovação, ele perde o mandato, nos termos da lei)

A manobra foi ardilosa e odiosa. Já sem o

Fundação Universidade do Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PESQUISA - PREP
COMISSÃO PERMANENTE DE VESTIBULAR
COPEVE

NOTA OFICIAL

A Comissão Permanente de Vestibular, COPEVE, da Universidade Federal do Maranhão, tendo em vista o que consta no Processo nº 010343/77, e cumprindo despacho autorizado pelo Sr. Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa da Universidade, ratificado pelo Magnífico Reitor:

Resolve:

— Cancelar a inscrição nº 176, da candidata MARIA IGNEZ GUIMARÃES MARTINS, ao 2º Vestibular de 1977.

São Luís (MA), 13 de julho de 1977

Prof. Fran Alberto Maranhão

Presidente da COPEVE

VISTO

Prof. Raimundo Manoel Ramos Martins
Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa

mandato, devido à portaria, enderecei protesto contra essa medida arbitrária, bem como reiteração das denúncias feitas, ao Diretório Central de Estudantes.

Ignêz Martins

BRASIL MULHER 11



“Palavras às mulheres da América Latina”

(da correspondente de Paris)

BRASIL MULHER
BRÉSIL FEMME



BRASIL MULHER



«Brasil Mulher — O primeiro jornal feminista do Brasil. Num primeiro momento demonstra a exploração econômica a que são submetidas as mulheres. Atualmente ele defende a construção de um largo movimento de liberação das mulheres no Brasil.»

A Tereza do Geraldo

Para ilustrar o II Encontro da Mulher Rural, em Patos de Minas, promovido pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica Rural), transcrevemos um trecho da matéria da companheira Miriam Chrystus, editada no jornal *De Fato* n° 15 (Belo Horizonte), em que ela conversa com a «Tereza do Geraldo» — uma das 200 participantes do Encontro.

«Sobre o Encontro, Tereza do Geraldo disse ter gostado muito só que pensava que se as mães gritavam ou não tratavam bem os filhos não era bem por maldade. (Referia-se à colocação feita por uma das conferencistas de que «as mães jamais devem gritar com os filhos mas falar sempre com voz agradável que demonstre amor»). «Eu, às vezes, diz Tereza, grito com os meus filhos mas não é por maldade, mas porque eu fico nervosa de tanta precisão que a gente tem das coisas. Pois veja você: tem 22 anos que eu e o Geraldo casamos e não deu pra gente comprar uma cama direito. Eu era louca pra ter uma cama boa. E um guarda-roupa bom. E sapatos pros meninos irem direto pra escola. E médico. Eu queria poder ir no médico pra ver se eu estou com anemia. Desconfio que estou por que o meu corpo está todo cheio de manchas e tenho uma dor que caminha pelo corpo todo. E trabalhar nesse estado não é mole. Mas eu tenho que trabalhar.»

Terminada a conversa com Tereza, Miriam retornou ao salão, onde havia duas realidades: no palco, o tema era «Embelezamento e Decoração do Lar». Uma jovem de cabelos louros platinados explicava como tornar ambientes agradáveis... e pelo menos 10 maneiras de pendurar quadros numa parede. Entre valsas tocadas ao piano, esteticistas revelavam o segredo para se tornar uma mulher elegante — *«côsa»* que todas queremos ser, chamar a atenção, ser bonitas e cheirosas.

Nas cadeiras, ouvindo, duzentas mulheres como a «Tereza do Geraldo».

12 BRASIL MULHER

O dia internacional da luta das mulheres foi comemorado este ano, em Paris, com jornadas de estudo, passeatas e debates visando mobilizar a opinião pública.

Por iniciativa do jornal *L'INFORMATION DES FEMMES*, foi realizado um encontro reunindo grupos de mulheres da Argentina, do Brasil, do Chile, do Uruguai, da Bolívia, da Colômbia, do México... Reunidas sob o título de «Palavras às mulheres da América Latina», elas tiveram a ocasião de sensibilizar um público numeroso (homens incluídos) em torno de questões como as condições concretas da mulher na América Latina, comportando uma exposição sobre a repressão específica contra a mulher e uma análise sociológica da ideológica «machista».

As intervenções das representantes dos vários países refletiram as diversas realidades sociais, mas também a estrutura dos grupos (organização, tempo de existência etc.). Estes dois aspectos possibilitaram ao Círculo de Mulheres Brasileiras na França uma clareza maior, notadamente no que tange à consciência feminista «A luta contra nossa opressão específica se integra à luta contra um sistema no qual o homem também é oprimido. Por exemplo se é correta a luta constante contra toda manifestação do machismo, isto não significa travar uma luta contra os homens, mas sim contra toda ideologia que forja e perpetua este tipo de comportamento».

Balançando a estrutura arcaica, existe

os Movimentos de Libertação da Mulher (M.L.F.) no interior dos quais esta dispõe de uma tribuna para denunciar as múltiplas formas de opressão. Hoje em dia é cada vez maior o número daquelas que lutam pelo seu destino e seu lugar na sociedade um assunto político e humano! As mulheres se reúnem, discutem, se identificam, agem e reagem.

Ilustrando as intervenções-debates, painéis e cartazes fixados nas paredes divulgavam a condição da mulher na América Latina e o eco das lutas feministas neste continente como sejam o Brasil Mulher e o Nós Mulheres.



Aqui estão os endereços dos grupos de mulheres nos vários Estados

Bahia:

Associação Feminista da Bahia
Salvador

Minas Gerais

Grupo Pró Centro da Mulher Mineira
Belo Horizonte

Paraná

Sociedade Brasil Mulher
Av. Inglaterra, 655
Londrina - CP 1379

Pernambuco

Sociedade Mulher do Nordeste
Av. Conde da Boa Vista, 50 s 530 Recife

Rio de Janeiro

Centro da Mulher Brasileira
Av. Franklin Roosevelt, 39 s 713
CEP 20.000 Rio de Janeiro

Sociedade Brasil Mulher
Av. Rui Barbosa, n° 762
Flamengo - CEP 20.000

São Paulo

Centro de Desenvolvimento da Mulher
R. 24 de Maio, 188 s 314 Centro
São Paulo

Nós Mulheres

Rua Fidalga, 548 - s 26 - V. Madalena
São Paulo

Sociedade Brasil Mulher

Rua Oscar Freire, 1607 apto. 2
Pinheiros - São Paulo - C.P. 13897

Solicitamos aos grupos formados ou em formação que nos enviem seus endereços.

Nem todos são iguais

O grupo feminista da Livraria para Mulheres de Frankfurt, na Alemanha, apresenta características diferentes do feminismo brasileiro. A linha seguida por esse grupo inclui a discriminação entre os sexos, linha esta não adotada pelos grupos feministas brasileiros. Abaixo publicamos trechos da carta que recebemos desse grupo.

«Nossa livraria existe desde maio de 1976 e é uma das 10 livrarias de mulheres na Alemanha Federal. Outras livrarias de mulheres existem em Berlin, Hamburgo, Munique. Todas estas livrarias são feitas somente por mulheres para mulheres.»

Em Frankfurt existe ainda mais uma casa para mulheres, onde as mulheres podem ir à noite beber, conversar, fazer festas sem a presença de homens, três centros de mulheres que têm a função de ajudar as mulheres com os problemas de aborto, contracepção e que organizaram a campanha pela legalização de aborto, e ainda um centro para mulheres lésbicas. Um grupo feminino pretende abrir uma casa para ajudar as mulheres maltratadas pelos homens (mulheres que são boiadas pelos seus maridos e que podem socorrer ajuda nestas casas). Em Berlin já existe uma casa deste gênero.

Todos estes projetos são **autônomos**, quer dizer são feitos somente por mulheres, sem a ajuda ou a cooperação da parte dos homens e sem a junção de qualquer partido político ou organização política. As mulheres pertencem ao movimento feminista alemão, este movimento alias não é homogêneo.»

São Paulo mobiliza-se para a realização da SBPC



Paulo Roberto

Mulher e SBPC

Somente a partir da década de 70, com a introdução da área de Sociologia na SBPC, a condição feminina aí passou a ser discutida. Em 1971 o tema foi abordado pela primeira vez por Eva Blay — «Trabalhadores femininos na indústria». Em 1972 foi organizado o simpósio

«A condição feminina no Brasil, problemas atuais». Em 1973 e 74 trabalhos foram apresentados por Heleieth Saffioti. Em 1975 as comunicações já aumentaram para um total de cinco, e em 76 apenas três.

Neste ano foram feitas duas comunicações, um simpósio sobre «Implicações das pesquisas sobre problemas da mulher no Brasil» e um curso sobre a Mulher e o Trabalho, apresentado por Fulvia Rosenberg, Carmem Barroso, Guiomar N.Mello, Marília Graciano e Martha Suplicy.

O público masculino concorreu pouco para a discussão dos trabalhos, tendo comparecido uma média de 15 homens para 250 mulheres. Na mesa, um único representante — Paul Singer — apresentando seu trabalho sobre reprodução humana, onde afirma que a responsabilidade pelo planejamento familiar não deve caber apenas à mulher.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC — conseguiu realizar sua reunião anual em São Paulo, de 6 a 13 de junho último, apesar da desaprovação velada ou claramente expressa de alguns setores governamentais. O boicote indireto lançado sobre a 29ª reunião veio em forma de ameaças, proibição do comparecimento de muitos funcionários públicos — categoria em que se encontra a maior parte dos cientistas e professores universitários — e também corte de verbas.

A realização deste encontro exigiu a mobilização de muitas pessoas para conseguir improvisar alojamentos, reorganizar os programas e executá-los na capital paulista — e não mais em Fortaleza, como havia sido determinado. Em ambiente de crise, inicialmente, e de euforia, logo depois, cerca de 6 mil pessoas reuniram-se diariamente na sede da Pontifícia Universidade Católica — PUC — para discutir trabalhos científicos, ouvir conferências, e participar de alguns cursos oferecidos.

A SBPC atualmente está, sem dúvida, muito longe da pequena entidade fundada em 1948 por um grupo de cientistas do Instituto Biológico e da Faculdade de Filosofia de São Paulo, que queria dar aos pesquisadores condições de discussão e divulgação dos trabalhos, para o maior desenvolvimento da ciência no País. Repetiu-se agora o que ocorreu desde a primeira reunião da SBPC, em 1949, quando a Prefeitura de Campinas, escolhida para a sede daquela reunião, recusou-se a conceder-lhe a verba de 20 contos necessária para o encontro dos 104 cientistas então inscritos.

A partir de 1974 — no encontro realizado no Recife, com a presença de Celso Furtado — A SBPC começou a adquirir caráter político e a repercutir fora da comunidade exclusivamente científica. Em 1975, em Belo Horizonte, apesar de ter condenado o Acordo Nuclear Brasil Alemanha, a Reunião ainda tinha o apoio oficial, representado pelo comparecimento das autoridades. Em 1976 — Brasília — continuaram os temas polêmicos como o AI-5 e o decreto 477. Finalmente neste ano, quando o encontro deveria ter sido realizado em Fortaleza, foi oficialmente cancelado «por falta de apoio e compreensão governamentais».

Falando aos jornalistas, o presidente da SBPC, Oscar Sala, mencionou, como razões imediatas do cancelamento, o fato de as obras do novo «campus» da Universidade do Ceará não estarem concluídas «por falta de verbas». Entretanto, diante das moções de apoio à entidade e os manifestos condenando esta atitude, a diretoria da SBPC transferiu a reunião para São Paulo, pedindo a cessação do «campus» da Universidade de São Paulo — USP — ao reitor Orlando Marques de Paiva que, por sua vez, considerou o prazo inviável. Finalmente a SBPC conseguiu a autorização da reitora Nadir Gouveia Klouri, da PUC, para a realização do evento naquele «campus».

A reunião desenvolveu-se em acentuado clima político, manifesta do principalmente nos simpósios da área de Ciências Sociais (que desde 1971 integram o temário) na Assembleia Geral e na sessão de encerramento. Entre os simpósios de maior repercussão destacaram-se os dos professores Florestan Fernandes e

Darcy Ribeiro, raramente ouvidos em outra ocasião porque foram cassados. Trataram dos seguintes temas — «A perda da memória nacional» e «Repensando o nacionalismo». Embora menos frequentado do que os anteriores, o simpósio «Implicações da pesquisa sobre problemas da mulher no Brasil» conseguiu despertar bastante interesse, proporcionando discussão de tópicos como «contradições de classe versus contradições de sexo». As sociólogas Heleieth Saffioti e Maria Malta Campos concluíram que a contradição maior — a de classe — não impede a discussão da contradição menor — a de sexo. A recusa da discussão de problemas relativos à condição feminina tendo em vista a existência de problemas maiores, seria apenas uma tentativa de evitar o estudo de questões «sensíveis». Um curso sobre «Estudo e Trabalho da Mulher» teve uma frequência média diária de cerca de 40 pessoas.

A CRISE

Esses simpósios, entretanto, apesar de seu caráter político, não constituíram o foco da crise que levou a diretoria da SBPC a temer pelo futuro das reuniões nos próximos anos. A efervescência política realmente aconteceu durante a Assembleia Geral, quando um grupo estudantil tentou fazer passar uma moção pedindo que a Sociedade

instasse o governo a instalar uma assembleia constituinte. Entendendo tratar-se de proposta político-partidária, o presidente Oscar Sala recusou-se a considerar a moção, atitude que provocou alarde no plenário, e a Assembleia foi encerrada sem que todas as propostas fossem votadas. Entre as que passaram, acha-se uma que pedia «o fim da discriminação nas condições de emprego para a mulher e a instalação de creches». Um «Memorial dos cientistas à Nação», também aprovado, expressava o repúdio aos obstáculos colocados à reabilitação da reunião, pedia liberdades democráticas, repudiava a censura em todas as suas formas, desaprovava a utilização de vultuosos recursos governamentais para o financiamento de atividades de pesquisa científica e tecnológica sem uma consulta aos órgãos de representação popular e sem o respaldo da comunidade científica; e repudiava procedimentos que atentem contra os direitos humanos.

No saldo final da 29ª SBPC, encontramos, além dos resultados acadêmicos das discussões científicas, a grande prova de solidariedade demonstrada pela população de São Paulo. Em uma semana foi conseguido, um total de cerca de Cr\$ 300 mil cruzeiros em doações e alojamentos coletivos ou residenciais para 2 mil participantes de outros estados.

Brasil Mulher: Nossa luta permanente. Conheça 2 anos de feminismo adquirindo a coleção do Brasil Mulher do nº 3 ao nº 8 (0,1,2 esgotados) Preço Cr\$ 100,00



Agosto é mês de cachorro louco?

Esta página é para os nossos leitores. Aqui responderemos sobre leis trabalhistas, problemas legais e informações a respeito de higiene, saúde e educação. Escreva-nos falando das suas dúvidas. O endereço é Rua Oscar Freire, 1607, apto. 2, CEP 05409, Pinheiros.



Vacine seu cão. Isto pode ser feito gratuitamente, a partir dos 4 meses de idade

Todo mês é mês de cachorro louco, afirma Constância de Carvalho Neto, médico veterinário chefe do Serviço de Prevenção da Raiva de S. Cactano do Sul, São Paulo. A raiva não escolhe hora, local ou data. É uma doença de caráter mortal, transmitida através de vírus. Uma vez manifestados os seus primeiros sintomas, não tem cura. Por este motivo todo o cuidado é pouco na prevenção da doença.

O cão tem sido para todos nós o símbolo da raiva, por dois motivos: convive muito estreitamente com o homem e existe em grande número nos centros urbanos equivalente a 10 por cento da

população humana. Entretanto ele não é o único responsável pela transmissão da doença.

Qualquer mamífero, especialmente aqueles que estão mais próximos do homem, como o gato (em menor quantidade), o rato (apenas vizinho do homem) e o morcego (no meio rural), são portadores.

FASES DA RAIVA

1ª fase (média, 2 dias) - alteração do comportamento, que se inverte. Ex: o cão que era agressivo, fica carinhoso, etc. Inicialmente há perda de apetite. Em seguida, o cão começa a comer coisas estranhas como panos, madeira, fezes, etc. Neste período surge a fotofobia - aversão à luz. O animal então se esconde em lugares escuros.

2ª fase (1 a 3 dias) o animal começa a ficar agressivo devido à excitação do sistema nervoso, pondo-se a atacar pessoas, animais e também tudo o que se move - ex: ponta de uma vara. Como nesta fase começa a perder o sentido de preservação, ataca até um ferro em brasa. Devido também à excitação nervosa, o cão se põe em fuga, caminhando sem parar nunca. Nesse caninjo morde tudo que encontra, disseminando a raiva.

Neste período ainda, começam os sinais de paralisia. Primeiro, a garganta. O cão não consegue mais engulir. Já não come nem bebe. No homem, esta fase se caracteriza pelo medo da água hidrofobia (o cão não tem medo da água. Apenas não consegue beber). Progredindo, a paralisia atinge o maxilar. O cão não fecha mais a boca. A saliva escorre. (CÃO RAIVOSO) BABA diz a voz correta do povo.

3ª fase (1 a 4 dias) Começa a paralisia total a partir da cauda. (CÃO RAIVOSO) TEM A CAUDA

CAIDA diz novamente o povo) prossegue pelos membros traseiros até chegar ao tórax. Paralisado o diafragma o animal não consegue mais respirar. Sobrevém a morte por asfixia.

CUIDADOS COM A PESSOA MORDIDA

Os cuidados com a pessoa mordida começam pela observação do cão que a mordeu. Quando o cão é da família, a observação será fácil. Os únicos cuidados são: não permitir que rorda mais ninguém e impedir que duja. A observação é de 10 dias, a partir do dia em ocorreu a mordida. Se durante este tempo ele continuar normal, a pessoa não precisará ser vacinada. Atenção! O cão não deverá ser vacinado neste período e nem a pessoa.

Se o animal for de pessoa conhecida, a vítima deverá procurar o serviço de Prevenção da Raiva do seu Município que tomará as providências necessárias: ou o dono ficará legalmente responsável pela observação do cão, ou ele ficará internado no canil pelo período de 10 dias de observação.

No caso do cão ser desconhecido ou morrer acidentalmente, a vítima deverá dirigir-se imediatamente ao serviço de saúde local para dar início ao tratamento.

VACINA

Para o tratamento preventivo não importa se o cão que mordeu parece estar bem. Deve-se ficar de sobreaviso, tendo em vista que a raiva é mortal e incurável, a partir da manifestação do primeiro sintoma.

Apenas o Estado, através de seus Serviços de Saúde, possui as vacinas anti-rábicas, que são gratuitas. Se no momento o Centro de Saúde local não tiver a vacina, é obrigado a mandar buscá-la. Exija!

Um cardápio saudável e econômico

Adequar os hábitos alimentares aos produtos agrícolas da estação dá ao consumidor duas vantagens fundamentais são estes produtos que têm maior valor vitamínico; a procura de tais produtos na força de sua produção vai favorecer o barateamento de seu custo, ajudando consequentemente o orçamento doméstico.

Com o objetivo de auxiliar principalmente a dona-de-casa, daremos a seguir as verduras, frutas e legumes que podem e devem ser adquiridos durante os meses de agosto e setembro.

PRODUTOS AGRÍCOLAS

MESES VERDURAS e LEGUMES

AGOSTO
Abóbora seca, abóbora moranga, acelga, agrião, alho poro, almeirão, beterraba, brócolos, cará, catalonha, cebolinha, cenoura, chicória, couve, couve flor, erva doce, ervilha, escarola, espinafre, mandioca, mandioquinha, mostarda, nabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, salsão, tomate.

SETEMBRO
Acelga, agrião, alface, almeirão, beterraba, brócolos, catalonha, cenoura, chicória, couve, couve-flor, erva-doce, ervilha, escarola, espinafre, mostarda, nabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, salsão.

FRUTAS

Abacaxi, banana nanica, fruta do conde (pinha, ata), jaboticaba, laranja, morango, maçã, melão, pera.

abacaxi, jaboticaba, morango, maçã, melão, pera.

Vacinação

De acordo com determinação do Ministério de Saúde, a partir de 1º de julho de 1978, o salário família devido a crianças nascidas a partir de 1º de julho deste ano somente será pago se elas tiverem sido vacinadas, para isso será exigida a carteira de vacinação.

Devido a interpretação errada da propaganda na televisão e nos rádios muitas mães tem levado seus bebês para serem vacinados, revacinados e até casos em que levam bebês de um mês para tomar todas as vacinas num só dia. As antigas carteiras de vacinação valem tanto quanto as novas.

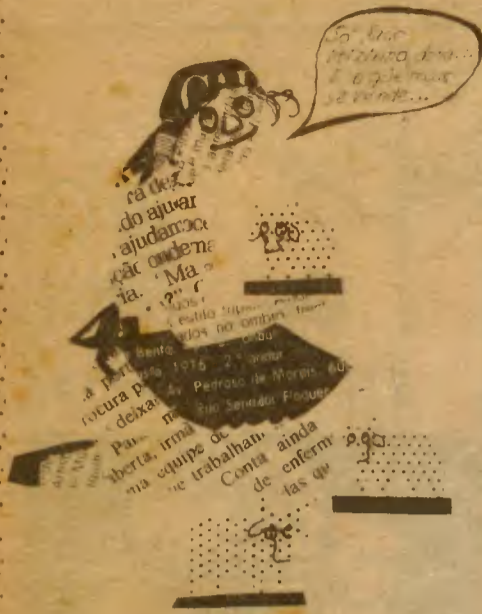
Para maior esclarecimento, publicamos abaixo uma tabela de vacinações de acordo com o Manual de Vacinação do Ministério de Saúde - 1972, 13

TABELA DE VACINAÇÕES

Idade	Vacina contra:
1 mês	BCG (tuberculose)
2 meses	Triplíce (difteria - coqueluche - tétano) + Sabin trivalente (poliomielite)
3 meses	Triplíce (difteria - coqueluche - tétano)
4 meses	Triplíce (difteria - coqueluche - tétano) + Sabin trivalente (poliomielite)
6 meses	Variola + Sabin, trivalente (poliomielite)
9 meses	Sarampo
18 meses	Triplíce (difteria - coqueluche - tétano) + Sabin trivalente (poliomielite)
2 anos	BCG (tuberculose)
4 anos	Triplíce (difteria - coqueluche - tétano)
5 anos	Variola
6 anos	BCG (tuberculose) + Sabin, trivalente (poliomielite)
7 anos	Difteria e tétano
10 anos	Variola
12 anos	BCG (tuberculose)
18 anos	BCG (tuberculose)

• Vacina contra rubéola, entre 1 ano e a puberdade
• Vacina contra caxumba, a partir dos 12 meses
Manual de Vacinações - Ministério da Saúde - 1972, 13

NOSSO RECADO



Quando homens e mulheres do povo fazem desenhos e pinturas, modelam barro, compõem versos e canções ou montam cenas de teatro eles estão comunicando sentimentos, ideias, experiências de vida, modos de ver o mundo. Estão oferecendo novas formas de conhecer a realidade. Estão produzindo uma comunicação numa linguagem diferente mais criativa e mais livre. Estão enriquecendo uma cultura, a que as elites costumam chamar de "cultura popular". Mas essa cultura só é mesmo livre quando produzida por pessoas que tenham consciência de sua própria história, isto é, por pessoas que, através de suas obras,

falem ou cantem os seus próprios valores, suas lutas, suas esperanças ou suas dúvidas dentro da sociedade em que vivem. Por pessoas que se vejam e se reconheçam como classe, a que sempre produziu tudo dentro dessa sociedade. Quando o povo se expressa espontânea e livremente essa consciência se manifesta. E como é quase impossível silenciar essa cultura, o mundo oficial e as elites econômicas se apropriam dela, comercializando-a. Transformam as produções espontâneas do povo em objetos de turismo, em mercadorias exóticas de altos preços. Quando isso acontece as produções que antes eram criativas tornam-se repetitivas (para garantir a venda), cópias de si mesmas cada vez mais grosseiras e conservadoras, como os barros do nordeste ou a literatura de cordel que tão pouco se tem renovado. Outro exemplo é o carnaval, outrora uma verdadeira festa do povo, hoje, lucrativa indústria turística.

A cultura é a consciência que um povo tem da sua própria existência. Só pode ser produzida para seu próprio uso e consumo. Por isso é importante o que vocês nos mandam. Vamos valorizar o que nós livremente produzimos!

Cárcere

Pelas barras sutis que
Aprisionaram através da
Espessa neblina divisiva, aquela
Sólida muralha imponente,
Longínqua, cinzenta de orgulho?
Sentinelas e percorrem, lentas,
Rotineiras tristonhas sob a
gélida garoa, imprevisita, talvez.
Na cela vazia em que Adormeço,
um silêncio profundo que
Apavora transformando em
Cadáver que pensa: confesso
Que os meus sátiros poemas
se inspiram nesta desventura
de gargalhar, de chorar,
Gritar, enlouquecer, e voltar.
A lucidez entre as frias
paredes. A música, no seu
Murmúrio relembra as
alegrias, euforias na saudade,
Na corteza atroz do meu estado.
Dos meus filhos — pequeninos
ainda, vem uma luminosa
esperança, um desejo imperioso
de vencer, de resistir como
um barquinho cavalgando,
As ondas ao vento que o
fustiga entre as vagas, traícoeiras...

como é o caos
do universo, numa batalha
infernai é o mal que me
definha? Infinito e breve, ao
mesmo tempo como a lança
voraz, incandescente e fatal
que transpassa o próprio sentido
da vida. Como a incerteza no
delírio desejo que nunca é
satisfeito vontade imensa de
ser livre. Assim tem sido
Nossa dor nossa amargura
neste cárcere.

(Teresa)

Atenção fotógrafos!

Convidamos os leitores e as leitoras que praticam a fotografia a nos enviarem cópias ampliadas (9x12 ou 13x18 ou 18x24) de fotos de mulheres trabalhando (em fábrica, lavoura, loja, escritório, banco, escola, casa, etc.). Se a foto enviada for utilizada para capa do Brasil Mulher, o autor receberá gratuitamente uma assinatura anual do nosso Jornal. Envie para a Sociedade Brasil Mulher, Rua Oscar Freire, 1607, apt. 2 — CEP — 05 409 — São Paulo, SP. Não se esqueçam do nome e endereço do fotógrafo.

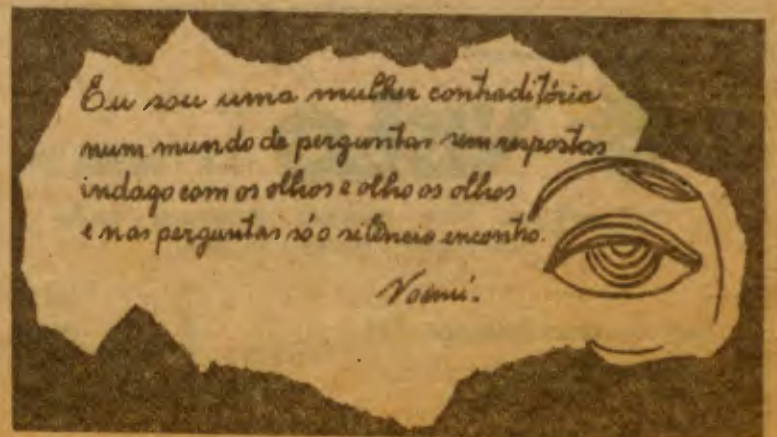
Arte e Comunicação



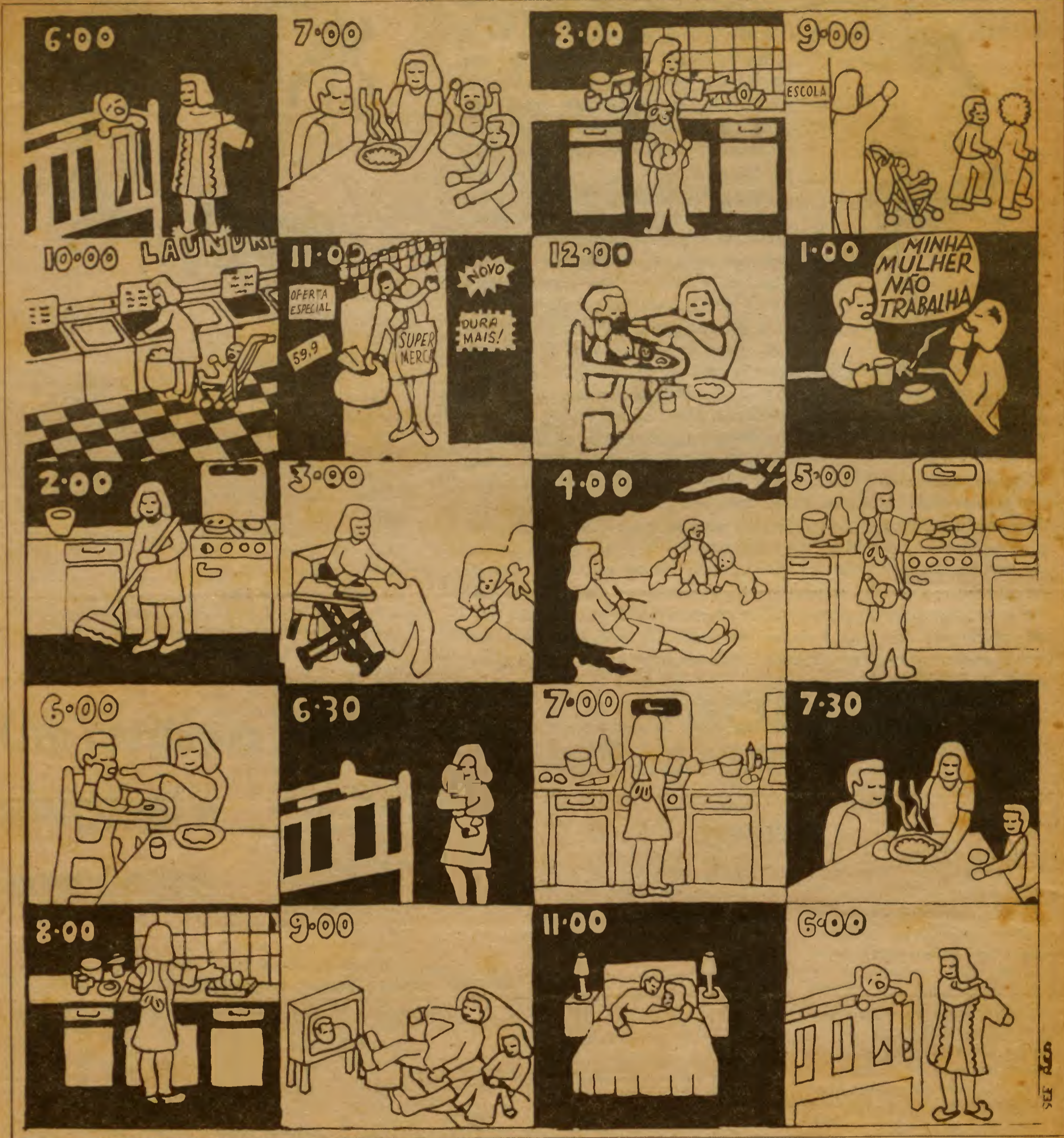
Hoje

Hoje,
Algo tem que sair
Nem que for para explodir
Pra pensar e sentar
Em mesa de bar
Nem que for para arrancar, arrasar e marcar
No coração dos homens
Magoado, agoniado, aguado de sede e de fome
Que se consome
Se perde em lembranças e corta esperanças
No coração dos homens
Algo tem que sair, constunir, arruinar
Não se pode deixar de cantar, de falar, de berrar
O que não mente e se sente
No coração dos homens
De maltrato um farrapo
Sem ter um meio, nem freio no reio
Que fere e confere todos os desencantos
No coração dos homens
Algo tem que ser puro
Pra transpassar esse muro
Que barra, amarra e entrava
Pensamentos, lamentos, momentos que se perdem
No coração dos homens
Algo tem que brilhar
Pra iluminar, renascer, aparecer
E nunca esquecer
Nem que for pra ofuscar, irromper e matar
No coração dos homens
Em todas as noites
Algo tem que sair
Pro pensamento surgir
Nem que for pra explodir
Nem que for pra marcar
Nem que for pra brilhar
Nem que for pra matar
No coração dos homens
Mas se vê se não vê
Se não dá para enxergar
De sangue só
Assim não pode ficar.

(Neide Jallageas)



Brasil Mulher



SEE 100

GRUPO VISÃO LTDA.



VISÃO - G. A. - Copiadora Ltda.

Tudo em Cópias - Xerox - Hallografia - Plastificação - Off-Set
Autenticações - Impressos em Geral

Av. Alcântara Machado, 627 -
Moóca - São Paulo

Tels: { 2333
2335
2388
2155

Leia:

DE FATO
MOVIMENTO
PASQUIM
REVISTA DO HENFIL
COOJORNAL
NÓS MULHERES
BAGAÇO

VERSUS
PACA-TATU, CUTIA NÃO
INVASÃO
BRASIL MULHER
POESIAS POPULARES
(JORNAL DO POETA)
O CRIVO
O PICARETA

